

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RENATA SANTOS SOUSA

**UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS-PI,
1970 - 1980**

PICOS – PI

2015

RENATA SANTOS SOUSA

**UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS-PI,
1970 - 1980**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Licenciatura plena em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em História.

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro

PICOS – PI

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S725o Sousa, Renata Santos

Um olhar histórico sobre a escola normal oficial de
Picos / Renata Santos Sousa. – 2015.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (59 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)-
Universidade Federal do Piauí., Picos, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

1. Escola Normal. 2. Professor-Formação. 3. Magistério.
I. Título.

CDD 374.01

RENATA SANTOS SOUSA

UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS-PI,
1970 - 1980

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Licenciatura plena em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em História.

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro

Aprovada em 24 / 06 / 2015

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Orientador

Carla Silvano de Oliveira

Profª. Ms. Carla Silvano de Oliveira

Examinadora

Mara Gonçalves de Carvalho

Profª. Ms. Mara Gonçalves de Carvalho

Examinadora

DEDICO

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a minha formação, Pais, professores, amigos, com os quais tenho aprendido e adquirido o máximo de conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me iluminar e me encorajar durante toda essa jornada. Ao professor Francisco Gleison da Costa Monteiro, por sua competência, dedicação e esforço como meu orientador na realização do trabalho. A todos os professores do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barro pelos ensinamentos. Aos companheiros de sala pelo apoio e compreensão no decorrer dessa caminhada. Aos familiares por todo carinho e compreensão durante essa longa jornada, e todos aqueles que dedicaram seu tempo para me ajudar na realização desse trabalho.

RESUMO

A história de como surgiu os cursos de preparação docente ocupa um lugar relevante dentre os aspectos que envolvem a educação. Partindo desse pressuposto a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de descobrir como se deu dentro do contexto histórico o surgimento dos primeiros cursos de formação de professores. Como objetivos específicos relacionados as teor da pesquisa elencou-se trabalhar algumas questões que levaram a descaracterização do pioneiro curso de formação de professores, as Escolas Normais, e as variações na estrutura curricular desses cursos. A metodologia utilizada para desenvolver o trabalho foi uma pesquisa de cunho bibliográfico associado ao uso de questionário aplicado à professores formados na Escola Normal Oficial de Picos - ENOP, dentro da proposta de pesquisa foi indispensável o uso de documentos como fonte. O embasamento bibliográfico foi possível através da leitura de textos de alguns teóricos, como: Romanelli (2005), Melo (2007), Costa Filho (2006), Castelo Branco (2005), Rocha (2008), Mendes (2011), Tanuri (2000), dentre outros. Esses autores cujos trabalhos remetem diretamente ao tema ajudaram a obter maior profundidade para discorrer sobre o objeto de estudo. De acordo com as análises realizadas foi possível visualizar as questões ligadas historicamente ao aparecimento do curso normal no Brasil, bem como várias mudanças ocorridas que contribuíram para seu desaparecimento.

PALAVRAS – CHAVE: Escola Normal. Formação. Professor

ABSTRACT

The story of how the teacher preparation courses emerged occupies an important place among the aspects involving education. Based on this assumption the research was developed with the overall aim of discovering how was within the historical context of the emergence of the first teacher training courses. Specific related research of content is listed out-work a few issues that led to the mischaracterization pioneer training course for teachers objectives, Normal Schools, and variations in the curriculum of these courses. The methodology used to develop the work it was a bibliographical research associated with the use of a questionnaire applied to the teachers trained at the Normal School Official Peaks - ENOP, within the proposed research using documents as a source was indispensable. The bibliographic foundation was made possible by the reading of some theoretical texts, as Romanelli (2005), Melo (2007), Costa Filho (2006), White Castle (2005), Rocha (2008), Mendes (2011), Tanuri (2000), among others. These authors whose works refer directly to the issue helped to achieve greater depth to discuss the subject matter. According to the analysis carried out it was possible to view the issues historically related to the appearance of normal course in Brazil as well as several changes occurred that contributed to its demise.

KEY - WORDS: Normal School. Training. Professor

LISTA DE SIGLAS

ENOP - Escola Normal Oficial de Picos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI - Universidade Federal do Piauí

EMC – Educação Moral e cívica

OSPB - Organização Social e Política Brasileira

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Mudanças na grade curricular.....	46
Gráfico 02 – Prática Docente/Estágios.....	47
Gráfico 03 – Qualidade das disciplinas.....	48
Gráfico 04 – Horário em que estudavam.....	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Conhecendo os sujeitos da pesquisa.....	39
QUADRO 02 – Grade Curricular.....	41
QUADRO 03 – Disciplinas relacionadas à formação docente.....	44
QUADRO 04 - Motivos pelo qual escolheu o magistério	50

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** - Diploma de conclusão do curso normal anverso (1973).....42
- Figura 02** - Diploma de conclusão do curso normal verso (1973).....42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1- PANORAMA HISTÓRICO DA ATIVIDADE DOCENTE NO BRASIL.....	18
1.1 Os primeiros passos da atividade docente no Brasil	18
1.2 O surgimento da Escola Normal no Brasil.....	24
1.3 O currículo da Escola Normal	31
2- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	37
2.1 Organização curricular.....	40
2.2 Escolarização feminina.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE.....	58

INTRODUÇÃO

A profissão de professor é uma das temáticas, na atualidade, mais debatidas no meio acadêmico. Os debates que trazem o tema relacionado à profissão docente circundam por diversos fatores ligados a classe, como: as lutas sociais relacionadas a salários, as avaliações sobre a formação continuada, as discussões sobre os materiais didáticos, dentre outros temas. Perante essas discussões nos propomos a retroceder um pouco e destacar a importância de analisarmos o surgimento dos cursos de formação docente no Brasil, os primeiros passos da educação no país, assim como sua história ao longo dos anos.

O desejo de trabalhar com história de educação partiu do interesse em conhecer um pouco mais sobre a trajetória dessa profissão, como surgiu e os seus avanços ao longo dos anos, tendo em vista as dificuldades que a classe tem enfrentado diariamente em vários fatores que permeiam a educação. É do conhecimento de todos que o ofício de professor é complexo e envolve muitos fatores ao longo de sua história. Neste sentido é que surgiu a curiosidade em pesquisar sobre esse aspecto. Sobre o professor, Werneck (2011, p.85), aponta:

A atividade docente passou a ser considerada como um modo de vida de um corpo profissional especializado; a exigência de um diploma para exercer a profissão, a criação de instituições específicas para a formação de professores que transmitissem os conhecimentos e as técnicas, as normas e valores próprios da profissão docente; a constituição de associados profissionais que agiriam no desenvolvimento de um espírito de grupo e na defesa de um estatuto sócio profissional dos professores.

Todos os aspectos destacados por Werneck (2011) aponta para os inúmeros fatores que estão intrinsecamente ligados a história da profissão de professor. Dessa forma, o interesse nesse estudo foi reforçado através de discussões com professores e também pelo fato de exercer a profissão e sentir a necessidade de entender como se deu o aparecimento e quais foram às primeiras instituições a oferecer cursos de preparação docente no Brasil, como foram desenvolvidos esses cursos, como foi a aceitação, sua expansão, e os fatores que levaram esses cursos a entrarem em decadência e dar lugar a outras formas de ensino.

A partir dessas inquietações iremos descobrir como surgiu a profissão no Brasil, juntamente com seu processo histórico educacional, pois não podemos pesquisar um item educacional sem estudar sua história como um todo. Objetivei especificamente em investigar

o processo histórico em que se situou a criação das primeiras Escolas Normais, sendo conhecida como instituição de formação de professores. Tive também como objetivo o estudo dos currículos das Escolas Normais, pois estes ocupam lugar de destaque no que se refere a formação docente, e sofreram ao longo dos anos varias mudanças. Os estudos irão situar-se no recorte de temporal que compreende a década de 1970 a 1980, nesses dez anos a Escola Normal já havia sofrido diversas variações em sua estrutura e currículo, mas foi nesse período que ela sofreu suas principais modificações, chegando a ser descaracterizada no sentido estrito de sua finalidade, a de formar profissionais da educação.

Essa mudança ocorreu a partir da lei federal nº 5.692/71, esta mudou completamente o ensino, principalmente no seu currículo que a partir da promulgação da lei de 1971 atendia a dois segmentos educacionais.

O currículo compreendia a todo o território nacional, para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral, e uma parte diversificada, visando a formação especial. O curso normal antigo cedeu lugar a uma habilitação de 2º grau. A formação de professores para o antigo primário foi assim reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas, configurando-se num quadro de precariedade preocupante. (BORGES, AQUINO e PUENTES, 2011, p.99)

E no bojo das variações ocorridas neste período que a pesquisa centra como objeto de estudo principal em decorrência dos anos escolhidos para desenvolver o trabalho. Para desenvolver a pesquisa não foi fácil tendo em vista a perspectiva teórica escolhida, o estudo da história da educação não se enquadra em nenhuma ciência especificamente, a mesma não é objeto de estudo especificamente historiográfico, várias outras detêm o conhecimento sobre a história que envolve os aspectos educacionais. Sobre isso WARDE comenta:

A tarefa de enfrentar a história é arriscada, os problemas brotam de todos os lados e ganham as mais diferentes formas. Mas a tarefa em relação à história da educação é arriscadíssima. Os historiadores mesmo admitindo suas dissensões, pelo menos aludem-se mutuamente, por que, bem ou mal, reconhecem o ofício de historiador. Mas a quem se reporta aquele que investiga a história de educação. WARDE(1990, p. 3).

Neste sentido, explico a dificuldade encontrada ao escolher a história de educação como perspectiva de estudo historiográfico, Warde assim analisa:

A gênese e o desenvolvimento da história da educação estão no campo da educação, do qual ela foi convertida em enfoque, em abordagem, assim efetivamente a história da educação não se configura numa especialização temática da história, mas sim, uma ciência auxiliar da educação. WARDE, (1990, p.8).

Segundo Warde, pode-se tomar a história da educação como de natureza disciplinar, filha de aportes múltiplos à educação. Por essa questão não pude embasar-se somente em referências bibliográficas de historiadores.

A pesquisa foi realizada com base em referências de cunho bibliográfico e através de questionários aplicados a professoras formadas na Escola Normal Oficial de Picos - ENOP, na década de 1970 à 1980; Picos é um município brasileiro do estado do Piauí, distante 307 Km da capital do estado, Teresina, com 73417 habitantes de acordo com o IBGE 2010, conhecida como cidade modelo e capital do mel. Sobre a criação da ENOP Pinheiro (2007, p.19), comenta: “Fundada em 1967, na cidade de Picos - Pi, essa escola contribuiu para tirar não apenas Picos, mas as cidades que a circunvizinham, do atraso educacional, uma vez que preparou para o mercado de trabalho as educadoras que iriam atuar nas escolas, em uma época em que, para o interior do Estado do Piauí, dispor de professoras formadas em uma escola normal, era uma raridade.”. Através das respostas adquiridas com o questionário foi possível saber das opiniões das professoras sobre alguns fatores que envolviam os cursos de formação no período em estudo, como currículos, metodologias, horário em que estudavam, questões relacionadas ao gênero feminino e confrontá-las com as bibliografias sobre o tema. No desenvolvimento da pesquisa utilizei também um documento, o diploma de uma das professoras entrevistadas, este documento foi bastante útil na discussão sobre o currículo das Escolas Normais.

Como aporte teóricos indispensáveis ao embasamento da pesquisa encontrei apoio em muitos autores que esclareceram bastante as questões relacionadas ao tema, dentre eles podemos citar: Romanelli (2005), Melo (2007), Ghiraldelli (2006), Costa Filho (2006), Castelo Branco (2005), Rocha (2008), Mendes (2011), Nascimento (2011), Tamuri (2000), Vicentini e Lugli (2009), Ferro e Soares (2004) Pinheiro (2007). Todos estes contribuíram

eficazmente no desenrolar das pesquisas, alguns trouxeram sua contribuição sendo especificamente historiadores e outros auxiliaram trazendo conhecimentos de outras áreas de educação.

O trabalho está estruturado em 2 capítulos, o primeiro “Panorama histórico da atividade docente no Brasil” traz somente discussões bibliográficas, estando estruturado em três sub tópicos, “Os primeiros passos da atividade docente no Brasil”, que conta a história do surgimento da educação nos países; “O surgimento da Escola Normal no Brasil”, que retrata o surgimento das primeiras Escolas Normais no território brasileiro; “O currículo da Escola Normal”, que mostra as variações no currículo das Escolas Normais ao longo dos anos. O segundo capítulo intitulado “Análise e discussão de dados” traz os resultados da pesquisa sendo discutidos com as bibliografias sobre o tema, está estruturado em dois sub tópicos, “Organização curricular”, onde é feita a comparação entre os currículos das professoras pesquisadas ao longo dos anos, e desses com as fontes bibliográficas; e o segundo, “Escolarização feminina”, que traz a importância da Escola Normal na formação das mulheres e a introdução dessas no mercado de trabalho.

1 – Panorama histórico da atividade docente no Brasil

1.1 – Os primeiros passos da atividade docente no Brasil

Os primeiros registros da educação escolar brasileira podem ser acentuados historicamente nos anos de 1549 a 1759, neste período a educação se dava através do gerenciamento da Companhia de Jesus. O projeto educacional da Companhia não visava apenas catequizar os índios, mas também promover uma transformação social, ou seja, arquitetar e inculcar novas formas sociais e religiosas segundo padrões dos países europeus do século XVI.

A atuação jesuíta na colônia brasileira pode ser reconhecidas e divididas em dois momentos: o primeiro foi à atuação dos padres na catequese e conversão dos índios aos costumes brancos, e o segundo momento foi o da implementação do primeiro sistema educacional.

Sobre essa questão Ghiraldelli (2006, p.25) aponta que o trabalho dos jesuítas como educadores foi de incrível pioneirismo. Instituiu a instrução e a catequese dos indígenas. Mais tarde, outros grupos de jesuítas chegaram ao Brasil e se integraram aos seus projetos educativos. Os jesuítas neste sentido pensavam em formar outros padres, desenvolvendo escolas de ordenação, e mais tarde desenvolveram a instrução aos filhos de colonos e mestiços.

Os colégios jesuítas exerceram no século XIX uma grande influência sobre a sociedade brasileira, mesmo os colégios não suprimindo toda a demanda populacional.

Os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759, mas deixaram no Brasil mais de cem estabelecimentos escolares e métodos pedagógicos. O principal responsável pela expulsão dos jesuítas foi o Marquês de Pombal, que fez inúmeras reformas no que se refere a economia, a política e a cultura da colônia portuguesa. Após a expulsão dos jesuítas os professores continuaram sendo aqueles formados pelos padres da Companhia de Jesus, mudando apenas o formato do ensino, ao menos em Portugal, que agora adotaria o ensino público, assegurado pelo estado e destinado à cidadania, nessa perspectiva, Santos (2013, p.29) explica que “Pombal impulsionou o sistema de educação nos territórios portugueses”. No sentido educacional, Pombal impulsionou o florescimento da Ciência da Filosofia Portuguesa. O fato é que a partir de 1759, o estado português assumiu a educação e posteriormente houve os

concursos públicos, os professores por si organizavam os locais de trabalhos e recebiam do governo o pagamento pelo seu trabalho.

Mais tarde, em 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa, no Brasil o ensino foi mudando profundamente, pois o Brasil passou a sediar o reino de Portugal e juntamente com essa mudança veio a abertura dos portos, a criação do Jardim Botânico, ou imprensa régia, cursos como o militar, curso de cirurgia e anatomia. O ensino na América Portuguesa era formado da seguinte maneira: o primário, que era escola de ler e escrever; o secundário, com as aulas régias e o superior. Sobre essa questão podemos perceber que:

A presença do príncipe regente D. João, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não teológicos) na colônia. Embora organizados na base de aulas avulsas, esses cursos tinham um sentido profissional prático. Dentre as escolas superiores, distinguiram-se a academia real da Marinha e a academia real Militar, esta mais tarde transformada em escola central e escola militar de aplicação, que tiveram a incumbência de formar engenheiros civis e preparar a carreira das armas. Os cursos médicos-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro foram as células das nossas primeiras faculdades de medicina. (ROMANELLI, 2005 p.38)

Mesmo com tais mudanças a educação não deixou de ocupar um lugar de secundarização por toda a América Portuguesa, ou seja, a educação não era uma prioridade para a sociedade colonial brasileira. Mas a partir de 1822 as políticas educacionais começaram a mudar, após o grito dado pelo príncipe regente em 07 de setembro de 1822 que transformou a colônia independente de Portugal, mesmo que essa independência não viesse a provocar grandes transformações na sociedade brasileira. Depois de proclamada a independência brasileira, inicia-se uma série de debates e projetos em favor da implementação de um sistema educacional. Dom Pedro I que acabara de inaugurar a Assembléia Legislativa viu a necessidade da criação de uma legislação sobre a instrução pública, neste sentido foram criados dois projetos com vistas a instrução. O projeto do tratado de educação para a mocidade, e o projeto de criação de universidades. Mas os projetos não ocorreram de fato, pois o que houve de fato foi a barganha, ou seja, uma grande recompensa pelos serviços do elaborador dos projetos não ficando nada para investir nos projetos.

Enfim, no período imperial pouco foi feito pela educação, o que se encontrava era uma educação de péssima qualidade e para poucos. Pensando na profissão docente, a

normatização dessa classe só veio a acontecer em 1827, após a lei geral do ensino. A partir desse momento é que começa o processo de reestruturação e hierarquização dos docentes. O professorado nessa época era composto geralmente por homens, visto que as mulheres, no entendimento de políticos eram incapazes de raciocinar. Sobre essa questão:

Durante o período colonial e imperial, as políticas públicas e os investimentos particulares não conseguiam criar nos brasileiros o gosto pela instrução. A situação fica ainda mais difícil quando analisamos especificamente a vida das mulheres, tradicionalmente reclusa e voltada para o espaço doméstico, onde as mulheres realizariam uma série de atividades fundamentais ao bom funcionamento da casa. (CASTELO BRANCO, 2005 p. 67)

Neste contexto podemos perceber que as mulheres compunham uma das classes excluídas da educação brasileira, reforçando dessa forma as desigualdades de gênero, entendendo também a má qualidade educacional como sendo uma reação aos fatos da história que mostram a discriminação que esteve presente em todos os períodos da história da educação brasileira. Sobre a condição feminina no cenário educacional Mendes (2007, p.16) afirma que “para as mulheres continuaram como definido como espaço social de atuação o ambiente privado – a casa – e reiterava como ideal a finalidade da vida feminina ao casamento e o pleno exercício da maternidade”. Nessas condições era difícil para as mulheres sair de seu campo de atuação para procurar instruí-se. Ainda no cenário imperial com D. Pedro I, vemos que este não dava importância à educação, priorizava somente as questões administrativas e políticas. O parlamento foi reaberto em 1826 e junto com ele foi feita diversas reclamações e propostas com o objetivo de mudar o quadro em que se encontrava a educação do país. Os deputados denunciavam o caos em que estava a educação em várias províncias do império, colocando a importância do estabelecimento de escolas primárias e de um plano de instrução pública. Em respostas a estas denúncias somente planos modestos, sem nenhuma reviravolta que pudesse renovar o que já era a educação de fato, e a razão para tal timidez em projetos explica-se pela presença da elite agrária no parlamento, sugerirem que era os alunos que deviam arcar com as despesas e com a formação dos professores.

Ainda no império, de 1831 a 1840 no período regencial as mudanças no sistema educacional brasileiro foram pouquíssimas. Em 1827 houve a norma que reconheceria a classe docente, após a lei geral do ensino. A partir desse momento é que se pode conhecer a reestruturação e hierarquização da classe docente. Em 1834 acontece a ratificação, com o ato

adicional, neste a responsabilidade pela formação dos professores passam para a tutela das províncias, sobre essa questão Romanelli(2005, p.40) coloca “a descentralização ocorrida com o ato adicional de 1834, como já disse, delegou as províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária”. O resultado na verdade foi que nas capitais foram criados liceus, e a falta de recursos e um sistema de arrecadação de tributos precários, impossibilitou a organização do sistema educacional nas províncias. A rede particular ficou responsável pelo ensino secundário e o primário ficou no abandono, sendo mantido apenas como o esforço de alguns mestres-escolas. Neste sentido diversas crianças ficaram sem estudar, pois as famílias não obtinham recursos para pagar o ensino secundário, que encontrava-se na tutela particular, e o primário não tinha escolas suficientes já que não contavam com ajuda dos governos provinciais. Com relação ao ato adicional é válido citar Santos (2013, p.43):

As regras aprovadas para o ato adicional em questão valia com a LDB que comanda a educação nacional na atualidade. Ele falou de promoção educacional, mas não de universalização, nem de qualificação, tampouco de combate a exclusão no que diz respeito aos pobres do país.

Então o ato adicional veio a reforçar a exclusão da educação para as camadas pobres da sociedade brasileira. Neste período só tinha acesso a educação as camadas favorecidas, que obtinham recursos para pagar uma escola particular para seus filhos. No segundo império brasileiro datado de 1840 a 1889, o cenário educacional não ocorreu mudanças, pois ainda continuava a imperar o regime monárquico, onde o que importava era manter o poder e os caprichos da elite agrária, em detrimento do atraso educacional que serviria aos excluídos do país que seriam as pessoas que moravam na zona rural. Neste período o ensino secundário se tornou curso preparatório para o ensino superior, isso acontecia em decorrência da pressão exercida pelo imperador, com vistas a apressar o preparo de seus filhos. Neste sentido, tanto os liceus como os colégios particulares foram se tornando meros cursinhos preparatórios para exames de admissão ao ensino superior. Sobre essa questão: Costa Filho comenta,

Em razão de os professores do ensino oficial ministrarem aulas nas cidades, vilas e povoados, supõe-se que o pequeno número de alunos matriculados fosse habitante da zona urbana. Na zona rural, não havia escolas, e a população estava impedida de frequentar as escolas do perímetro urbano, por diversos fatores, a exemplo das longas

distâncias entre as fazendas e o núcleo urbano e o porquê as estradas provinciais ofereciam poucas condições de trânsito e segurança. (2006, p.45).

Por estas razões as escolas acabaram sendo um privilégio de poucos indivíduos, visto que nesse período a população brasileira ocupava a zona rural com mais intensidade.

Em 1889, Marechal Deodoro da Fonseca proclama a independência do Brasil, contando com apoio de diversos segmentos da sociedade como políticos, intelectuais, fazendeiros. Juntamente com o ideal republicano vinham planos com relação a educação e a sociedade, visando promover uma “democratização da sociedade brasileira”. Nada disso aconteceu, pois os planos educacionais e sociais perderam-se em meio à corrupção e fraudes eleitorais. Nesse período foi criado um ministério da educação para cuidar e desenvolver os projetos educacionais, mas este só durou dois anos, tendo sido criado apenas para impedir que Benjamin Constant assumisse como ministro da guerra, pois ele era o único candidato apto para assumir o ministério educacional.

Com a extinção do ministério a educação passou a fazer parte da tutela do ministro da justiça. Neste sentido o que se percebe foi uma manobra política para sustentar os interesses particulares das lideranças políticas, o que não difere esse período republicano dos anteriores, o imperial. Dessa forma, entende-se que o jogo de interesses sempre fez e faz parte dos jogos políticos, prejudicando investimentos nos programas de melhorias educacionais e sociais.

Para que as políticas educacionais começassem a mudar na Primeira República era necessário reconhecer que o país passava por um enorme sucesso econômico entre o fim do século XIX e início do século XX com a cafeicultura. Neste período estava acontecendo o avanço industrial, a organização da infraestrutura de energia e transporte, bem como um enorme processo de urbanização, todos estes aspectos fizeram com que o trabalho nas cidades se intensificasse, estimulando dessa maneira a mão de obra assalariada. Além do mais, esses acontecimentos criaram a necessidade de que houvesse um sistema educacional profissional que pudesse preparar essas pessoas para o mercado de trabalho nas fábricas e no comércio.

Durante a Primeira República houve uma ação decisiva para a criação de escolas como instituições necessárias de ensino, e conseqüentemente, para a profissionalização dos professores para lecionar no ensino público de primeiras letras. O estado de São Paulo foi o primeiro a receber estas instituições, tendo servido de exemplo para diversas outras províncias

brasileiras. Vale ressaltar que os conteúdos e as decisões sobre a formação docente não deferia das do período imperial. Outra característica da educação nesse contexto, é que agora o professor recebia um vencimento pelo estado, o que antes não ocorria, pois os professores ensinavam apenas para obter o prestígio que a profissão oferecia. No sentido de que o professor tinha um prestígio Ghiraldelli comenta:

A profissão de professor no Brasil e não professor universitário – foi, no passado, até no começo da década de 1970, senão uma atividade rendosa, certamente um trabalho que conferia com um prestígio significativo na comunidade. (2006, p.207)

Neste sentido, percebe-se que a educação e o profissional responsável por perpetuá-la já foi digna de prestígio social, o que não condiz com a realidade atual, visto que hoje esses profissionais não dispõem nem de reconhecimento e menos ainda de remuneração adequada.

Nos períodos de 1930-1954 que diz respeito aos anos em que Getúlio Vargas governou o país. Os anos em que este esteve à frente da república foram tempos dinâmicos em todos os aspectos, principalmente o econômico, pois o Brasil passou a investir no mercado interno e na produção industrial. Essa nova realidade passou a exigir mão de obra especializada e para isso era preciso investir na educação. Dessa forma, em 1930 foi criado o Ministério da Educação e em 1931 o governo sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras até então inexistentes, estes decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”. Em 1932 um grupo de educadores lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros educadores da época. Em 1934 com a nova constituição, a educação passa a ser da tutela da família e do poder público nesse mesmo ano foi também criada a primeira universidade no estado de São Paulo. Nesse período o curso de formação de professores passou a dar importância estrita para a preparação profissional. Nas escolas normais existiam os cursos de formação com poucas disciplinas e o período de estudo era curto, essa pressão se dava pela necessidade de suprir a demanda de profissionais que crescia desordenadamente. Sobre esse desenvolvimento no cenário escolar Vicentini e Lugli (2009, p.41) comentam: “tais demandas foram favorecidas quando Vargas ascendeu ao poder em 1930, impulsionando a centralização das responsabilidades por parte do governo central nas mais diversas áreas da vida social e dando origem a homogeneização das regras a que o ensino em todo o país estaria submetido”. Estas iniciativas em relação à educação, à primeira vista parecem passos

positivos, mas fazendo uma análise apurada destes passos vemos que a educação brasileira sempre foi remendada como uma colcha de retalhos, que pode se rasgar a qualquer momento, pois os professores ao serem preparados em tão pouco tempo não dispunham de preparação adequada para a disseminação da educação conforme os padrões de qualidade.

Em 1942 por iniciativa do mesmo ministro, alguns aspectos referentes ao ensino foram reformados, estas mudanças receberam o nome de Leis Orgânicas do ensino profissionalizante. No tocante ao desenvolvimento na formação de professores, Melo (2009, p.03), afirma: “pensar construção da identidade e formação de professores, é pensar nos “tempos de Capanema”, ministro da educação e saúde, responsável por reformar o país a partir da educação” O ensino ficou organizado da seguinte forma: o ensino primário teria duração de cinco anos, quatro anos de curso ginásial e três de colegial, o último já não tinha mais caráter propedêutico.

1.2 - O surgimento da Escola Normal no Brasil

A história do surgimento das Escolas Normais está estritamente relacionada com as transformações ocorridas na Europa no século XIX, tais mudanças influenciavam principalmente o mundo de trabalho, sobretudo após a Revolução Industrial, quando se passou a imaginar uma mão de obra qualificada para a realização do trabalho nas indústrias. A partir da Revolução que demandava um pessoal preparado para o desenvolvimento de riquezas é que se substituiu a educação universal, religiosa e de caráter geral por uma preparação dos pensamentos dos indivíduos, ou seja, a educação agora iria trabalhar a mente das pessoas num sentido nacionalista e patriótico, que trabalha em favor do crescimento de seu estado.

Desta maneira, passamos a identificar a educação como dispositivo forjador de uma memória nacional, portanto, como terreno propício para uma abordagem de cunho historiográfico que toma forma pelo viés cultural. (MELO, 2007, p.140-141)

A partir dessas reflexões pode-se entender que a mudança de uma educação geral para uma mais específica objetivava repassar uma aprendizagem que seria cultural, pois é através da escola que se transfere toda uma carga cultural para outras pessoas, dessa maneira

as pessoas que ingressassem na escola receberia ensinamentos culturais como práticas a serem utilizadas por toda a vida, em qualquer momento histórico. Sobre isso Melo (2007, p.141) faz a seguinte reflexão: “Falar da cultura escolar como objeto histórico é apontar para os problemas que residem nas trocas e transferências culturais que ocorrem através da escola”. Até meados do Século XIX a escola excluía os trabalhadores, sendo privilegio apenas para as classes dominantes e para os que ocupavam as camadas médias da sociedade, esse quadro de exclusão só veio a alterar em decorrência de reivindicações dos trabalhadores fabris por melhores condições de trabalho e avanços salariais. Neste sentido é que começa a surgir o acesso da classe baixa a educação como forma de implantar a ideologia das classes dominantes na forma de se manifestar dos futuros trabalhadores fabris. Sobre isso, Castelo Branco (2005, p. 68) aponta: “A educação no Brasil buscava atender às novas necessidades, ao desejo crescente, não só da elite, como também das classes médias, de aumentar seu nível de instrução.” A educação nesse contexto começava a se formar como um valor positivo de grande importância na Sociedade Brasileira. A falta de saber da população era vista como a causa do atraso do país, apostar na instrução seria o remédio para curar inúmeros problemas econômicos, políticos e sociais. Em relação a educação das classes dominantes e das classes baixas existia uma diferença, está foi apontada por Schaffrath (2008, p.142) da seguinte forma:

Criou-se um sistema escolar cuja escola primária era generalizada, porém distinta em sua qualidade, de acordo com a classe social a quem se destinava. E uma escola secundária francamente diferenciada, com conteúdos profissionalizantes para os filhos de trabalhadores e com uma educação mais filosófica para aqueles que iriam formar os quadros burocráticos do estado e das empresas.

A escola, reformulada no intuito de diminuir as diferenças existentes entre as classes, na verdade veio a afirmar as desigualdades sociais já existentes, isso acontecia através de uma educação diferente para os tipos de classes.

Tudo isso ocorria na França no século XIX, grandes mudanças sociais, enquanto no Brasil ainda se deparava com atrasos, dependendo em todos os aspectos do Governo Português. Somente com a chegada da família Real no Brasil é que se torna visível algumas mudanças na ordem, até então toda a economia era administrada em favor da aristocracia rural. A educação era ministrada pelos Jesuítas, estes repassavam um ensino rudimentar, existiam apenas aulas avulsas, as aulas régias eram destinadas a minoria que ocupava a

aristocracia rural. O cenário educacional no Brasil só veio a mudar graças a influência de idéias iluministas e uma tensão que existia entre a aristocracia rural e os comerciantes, pois estes participavam das decisões políticas do Brasil.

O iluminismo originou-se no século XVIII, segundo Shaffrath (2008, p. 145), “foi um movimento muito rico em reflexões pedagógicas e todo o pensamento da época exaltava a cultura como meio de se atingir a felicidade”. O pensamento iluminista combatia o dogmatismo religioso da educação jesuíta ao mesmo tempo oferecia uma educação laica e de pública, dentre as ideias iluministas encontrava-se também os postulados de igualdade pregados pela Revolução Francesa, esses ideais iam desde o desejo de uma educação para todos até a não restrição da instrução apenas para as camadas mais altas da sociedade. Nascia então uma nova ordem, inspirada no modo de produção capitalista como já foi mencionado anteriormente. Neste sentido de criação de escolas gratuitas existia a escola privada de cunho religioso pregado pela igreja, esta que propagava a fé, dava lugar à escola da razão. No bojo das escolas privadas destaca-se segundo Vieira (2002, p.92), “à volta dos jesuítas ao Brasil em 1842 e a conseqüente criação dos colégios mantidos por esta ordem religiosa, há um incremento de matrículas no secundário particular”. Nesse período, mesmo com a existência de educação pública não havia formas de preparação profissionais para ministrar aulas nessas escolas.

Foi no período moderno em que se conheceu uma forma de formação docente, a partir desse momento houve o constante crescimento do ensino primário e conseqüentemente uma preocupação com a formação do professor.

Quando na Europa cresceu a procura pelo ensino primário, houve a necessidade de criação de um curso para formar professores. Neste sentido, Shaffrath (2008, p. 146), esclarece: “O estado se preocupou também com a capacitação dos profissionais que iriam atuar nas escolas. Os desdobramentos da organização do sistema público de ensino na Europa previram a criação de Escolas Normais, como instituições com a finalidade de criar um corpo profissional para a educação das massas”. Foi com esse objetivo, citado por Shaffrath que se criaram as Escolas Normais, estas iriam atender a demanda crescente de alunos das escolas públicas primárias. Em Portugal a existência dessas escolas no século XVIII, além de servirem como mecanismo de controle social, afirmou os professores como profissionais de ensino.

O iluminismo Francês, com suas ideias e crenças de que a educação seria o meio de formar cidadãos, influenciou não só países Europeus, mas também as novas nações

Americanas, nesse contexto a difusão de escolas da preparação docente se faziam necessárias com o intuito de desenvolver os padrões culturais e morais indispensáveis a consolidação dos Estados Nacionais.

Sobre o verdadeiro objetivo e interesse na disseminação de escolas primárias e professores para atuar no trabalho de ensinar os discentes, Castelo Branco (2005, p. 69) comenta: “A educação começava a se firmar como um valor positivo e de fundamental importância na sociedade brasileira”. No Brasil, mas precisamente no período Imperial, sabe-se que a Escola Normal foi criada a partir de moldes Europeus deste período, sobre isso Vieira (2002, p. 83), comenta: “Considerando a manutenção das raízes de uma “cultura transplantada”, a educação que se organiza no período inspira-se em moldes Europeus”. Neste sentido o modelo de Escolas Normais utilizado na França desde o final do século XVIII foi o que inspirou o aparecimento desse modelo de formação de professor em todas as sociedades ocidentais.

A primeira Escola Normal brasileira foi criada em 1835, sobre isso Romawoski (2007, p. 69), coloca: “A primeira Escola Normal foi criada no Rio de Janeiro, em 1835”, está teria sido administrada por um diretor que também exercia o cargo de professor. Após sua instituição no Rio, foram criadas diversas escolas normais em várias províncias. Em Minas, foi criada em 1835; na Bahia em 1936; em São Paulo em 1846; em Pernambuco e Piauí em 1864, em Alagoas em 1864; no Pará e em Sergipe em 1870, no Maranhão e Mato Grosso em 1874. Sobre a disseminação das escolas normais no Brasil Vicentini e Lugli comentam:

Inicialmente, essas escolas foram instituídas em Minas Gerais e em Niterói, na província do Rio de Janeiro no ano de 1835. Em seguida foram abertos cursos na Bahia em 1836, no Ceará em 1845; em São Paulo em 1846. Todas essas escolas eram responsabilidade dos governos provinciais, tal como estabelecido pelo ato adicional. (2009, p.32).

Em cada província as escolas foram criadas por opção de seus dirigentes, estas estavam condicionadas a verbas que seriam repassadas por esses governantes, por essa razão as escolas normais tiveram a existência incerta, algumas funcionavam num ano e no seguinte suspendiam o curso. Neste sentido as escolas normais só passaram a funcionar com regularidade após a proclamação da república em 1889. A importância dada a esse curso de formação para professores era muito inferior, pois os professores nesse período eram

contratados não por sua formação, mas sim por seu prestígio social e político. Além disso, esse tipo de preparação priorizavam um ensino centrado nos conteúdos das escolas primárias, o curso só tinha duração de 2 anos e era ministrado apenas por 2 professores para todas as disciplinas. Com certeza esse modo de formação deixava a desejar, sendo que o tempo de preparação era insuficiente e a exigência de formação para exercer o trabalho era inexistente.

A preparação oferecida pela referida escola compreendia ler e escrever pelo método Lancasteriano, realizar as quatro operações fundamentais e proporções; conhecimentos de língua nacional, elementos de geografia e princípios de moral cristã. Um ponto importante que se destaca no estudo sobre a Escola Normal, refere-se a ausência da figura feminina na busca pelo preparo para a docência, nesse período a instrução era pública, mas os ensinamentos eram disseminados para uma mínima porção da sociedade. Sobre a educação feminina Castelo Branco (2005, p.67), faz a seguinte reflexão: “Durante o período colonial e imperial, as políticas públicas e os investimentos particulares não conseguiram criar nos brasileiros o gosto pela instrução. A situação fica ainda mais difícil quando analisamos especificamente a vida das mulheres”. Estas estavam mais voltadas para o casamento e o trabalho doméstico.

Em 1838, o presidente da província do Rio de Janeiro, analisa que o ensino normal era bom, mas preocupou-se que o mesmo ficasse estacionado e para impedir que isso ocorresse autorizou que fossem impressos obras estrangeiras estas seriam o manual a ser seguida pelos professores, a partir do surgimento em 1835 a escola habilitou 14 professores, dos quais 11 exerceram a profissão. No bojo da criação das Escolas Normais no Brasil permearam-se muitas críticas, principalmente durante a primeira fase de sua existência. Tais críticas se relacionavam aos altos índices de evasão e outros descontentamentos, como baixos salários interligados a uma conjuntura sócio-política que desejavam mudanças no ensino. O aparecimento das Escolas Normais em 1835 foi muito importante, pois a partir daí se iniciou um projeto público para a formação de professores no Brasil.

O século XIX ficou marcado no âmbito educacional pela democratização do ensino primário, neste sentido era indispensável que houvesse quem trabalhasse em prol desse ensino, no caso os professores que agora teriam acesso a uma preparação para atender a demanda de crianças que surgia após o desenvolvimento de ideias liberais de educação popular. No ano de 1870 espalha-se o modelo de escola formadora como uma instituição dotada de regras que normatizava o trabalho docente, sobre esta questão Castelo Branco (2005, p. 68), menciona: “objetivando oferecer melhor formação aos futuros professores

criaram-se as escolas normais”. Em relação ao que era o dever dos cursos de formação de professores:

O instituto de educação era tratado como instituto pedagógico difusor das ideias modernas. Idealizado como centro de investigação aplicada e de formação docente seria aquela instituição onde, em princípio, se ministrariam o curso ginasial e os cursos próprios das Escolas Normais. (NASCIMENTO, 2011, p. 153).

Como afirma Nascimento, as escolas de formação de professores tinham a responsabilidade de preparar o pessoal para ministrar aulas nas escolas primárias e até mesmo os administradores das mesmas. A figura do administrador ou diretor tinha como trabalho ordenar o cotidiano do trabalho dos professores e alunos, sendo também de sua responsabilidade a tarefa de atualizar os conteúdos discutidos nas Escolas Normais. No Brasil o surgimento das Escolas Normais iniciou-se no século XIX, mas só veio a se consolidar no século seguinte. Somente no início da primeira República a Escola Normal tomou forma de instituição responsável pela formação do professor primário. O início do período Republicano é marcado pelo processo de urbanização que veio a crescer através do crescimento industrial, neste sentido ocorre variações educacionais e novas ideias vão surgindo, movimentos culturais e pedagógicos começam a aparecer com o objetivo de mudanças educacionais com o crescimento dos grupos escolares que veio conseqüentemente a demandar maior número de professores preparados para ensinar. Segundo Castelo Branco, (2005, p. 68), “No final do Império e o começo da República, as novas perspectivas sociais que surgiam com o crescimento econômico e a urbanização tornam campo fértil para ideias novas que iam de encontro às concepções tradicionais e conservadoras”. Essas mudanças vieram a provocar variações na profissão dos professores:

Essas reformas trouxeram um novo significado para a prática docente, pois foi atribuído ao professor a tarefa de formar crianças e jovens para a vida urbana, para trabalhar nas novas indústrias, contribuindo para a promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural. A crença na possibilidade da disseminação do conhecimento científico com esteio do progresso permeava o ideário das políticas públicas. (ROMANOWSKI, 2007, p. 72)

É através da escola que ocorre a transmissão de conhecimentos e transferências de culturas, de formas de pensamento. Neste sentido o professor encontra-se na responsabilidade de construir uma memória nacionalista que venha a cultivar o estado através de meios como o calendário cívico e da grade curricular, fazendo da escola normal um meio de inculcamento das ideias governamentais. Sobre isso Melo (2007, p. 141) coloca: “a cultura escolar é objeto histórico, suscitando interesses pelas normas e pelas finalidades”. Através do pensamento de Melo podemos perceber que a escola funciona como transmissora de uma cultura imposta, e os professores nessa época formados nas Escolas Normais tinham como tarefa não desviar estes conhecimentos em favor de um pensamento que não prejudicasse a política republicana que acabara de surgir. Assim, Melo (2007, p. 144) refere-se: “a ideia de modernidade que permeava a sociedade brasileira adivinha do deslumbramento com a possibilidade do “novo”, prometido pelo ideal Republicano e, no campo das reformas educacionais, assegurado por um discurso que passava a identificar a educação com poderes salvacionistas e redentores, capazes de implementar o progresso”.

Dessa forma a escola primária passou a celebrar uma forma política, impondo normas cívicas próprias da cultura Republicana. A metodologia que era utilizada na formação do cidadão do século XX transformou-se em tradição escolar, tornando a escola visível e valorizada pela população, pois acreditavam ser um lugar de desenvolvimento moral e mola propulsora para o crescimento social. Sobre essa questão Melo (2007, p. 146) comenta; “no campo social, este período apoiou-se em um governo forte e um povo disciplinado, compreendendo-se que disciplinar o povo era tarefa da nação, trazendo para a educação a responsabilidade como parte dessa missão, a de contribuir com a ordem”. Sobre a escola o pesava este dever, ou seja, está era encarregada por trabalhar o conformismo, prevenindo contra o desvio e eliminando se ele se manifestasse.

Em 1946, com a constituição federal surge no país uma orientação liberal e descentralizadora, mas ocorreu que mesmo sendo livre, a maioria dos estados decidiram continuar com as velhas normas das escolas primárias. Em 1961 surge a primeira lei educacional nº 4024/1961, definindo as diretrizes e bases da educação nacional, esta trazia um conflito entre o interesse público e o privado na oferta educacional, mas no ensino normal não houve alterações, esta continuou de nível ginasial e colegial. Mas adiante, em 1971, influências do capitalismo industrial na política nacional causaram variações nas estruturas governamentais e na legislação que regia a educação. Nesse período a ideia de educação prevalecia como capital humano, em pleno regime militar, neste sentido foi criada a lei nº

5692 que reformava o ensino de primeiro e segundo grau com o objetivo de formar o cidadão para o trabalho, numa perspectiva reprodutiva.

A escola tradicional de formação de docentes já não existia mais, sobre isso Romanowski (2007, p. 74), comenta: “A reforma da formação dos professores ocorrida pela implantação dessa lei descaracterizou o curso normal, que deixou de ser profissionalizante no sentido estrito de sua finalidade”. O curso normal começa a perder suas forças a partir dessas mudanças legislativas. Tais variações ocorreram por ser de fundamental importância para o governo dessa época dominar as massas e frear a educação em seu aspecto transformador.

Uma vez que a economia não fazia exigências em termos de demanda econômica de recursos humanos; que a herança cultural havia sido criada a partir da importação de modelos de pensamentos provenientes da Europa; que a estratificação social, predominantemente dual na época colonial, havia destinado a escola apenas parte da aristocracia ociosa; que essa demanda social de educação, mesmo quando englobou no seu perfil os extratos médios urbanos, procurou sempre na escola uma forma de adquirir ou manter status. (ROMANELLI, 2005, p. 45).

O modelo da escola normal, originado nos anos de 1920 perdurou até os anos de 1970, quando foi criada a lei 5692/71 que fixam diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. A lei de 1971 descaracterizou o curso normal que deixou de ser profissionalizante no sentido estrito de sua finalidade. Além disso, a lei de 1971 limitou o campo de atuação dos formados, estes só poderiam atuar como profissionais nas séries iniciais do 1º grau, para ministrar aulas em cursos de magistério estes deveriam ser formados em nível superior. Vale ressaltar que diante de tantas mudanças em alguns estados brasileiros esses cursos foram extintos e em outros ainda persistem.

1.3 – O currículo da Escola Normal

Nos primeiros anos da existência da escola normal no Brasil, a maneira como esta funcionava, ou seja, o currículo seguido pelas escolas era estruturado de forma que as pessoas que nela estudavam soubessem ler e escrever pelo método Lancasteriano. Segundo Vicentini e Lugli (2009, p.34), esse método “correspondia aos conhecimentos de primeiras letras, acrescidas pelo método Lancaster ou do método simultâneo”. Era necessário que tivessem

noção das quatro operações de aritmética, quebrados, décimos, noções gerais de geometria teórica e prática; gramática nacional, elementos de geografia e princípios de moral cristã. Tudo isso era necessário ser ensinado para que o indivíduo saísse capacitado como docente.

A formação oferecida pelas primeiras escolas normais priorizava um currículo centrado nos conteúdos da escola primária, eles tinham uma disciplina voltada especificamente para a pedagogia. Neste sentido Silva (2002, p. 59) ressalta: “com uma organização curricular universal e intelectualista, enfatizando o conteúdo das disciplinas restringindo a formação docente à cadeira de pedagogia”. Esta era a disciplina que carregava os ensinamentos utilizados pelos professores formados nas escolas normais.

As pessoas que ingressavam na escola de formação docente tinham idade mínima de 18 anos, estes deveriam estudar e com 21 anos poderiam prestar concurso público de nomeação. Segundo Tanuri, os pré-requisitos básicos para ingresso limitavam-se: “ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever” Tanuri, (2000, p.64). Neste período não existia um tempo determinado para formar-se professor das primeiras séries, quando se passava dois ou três anos de curso o aluno estava apto a ministrar aulas, como professor formado e capacitado para o cargo. “Fazer um curso normal não era, como hoje, permanecer durante um número definido de anos estudando um conjunto de disciplinas em seqüência, lecionada por especialistas para obter um diploma”. Vicentini e Lugli, (2009, p.34). As primeiras escolas normais que surgiram no Brasil eram especificamente masculinas, em 1846, ano de seu aparecimento em São Paulo, o curso tinha duração de apenas dois anos e seu currículo compunha-se da seguinte forma, lógica, gramática geral, teoria e prática, noções gerais de geometria, métodos e processos de ensino e princípios da doutrina cristã. Posteriormente, já nos fins do período Imperial é que as escolas normais abrem as portas para as mulheres. Nessa época surgiram varias escolas normais, mas estas não conseguiram êxito, pois os cursos de formação não eram devidamente reconhecidos, ou seja, não garantia um diploma que constasse a profissão docente institucionalizada, sobre isso Mendes (2011, p. 17) explica: “muitas escolas foram surgindo em todo o território brasileiro, porém sem conseguir prosperar, até porque o curso não garantia a profissionalização, ou seja, não havia um diploma que reconhecesse a profissão.” As escolas tiveram uma trajetória incerta, em alguns lugares foram fechadas e em outros duraram mais tempo e quando vieram obter algum êxito foi nos anos de 1870, quando começou a contar com clientela feminina. Sobre a escola normal para mulheres Rocha (2011, p.48) comenta: “as primeiras ações visando ministrar uma educação formal para mulheres ocorreram no final

do século XIX.” A escola voltada para as mulheres durou pouco, apenas 10 anos, graças a seu currículo fragmentado e restrito, voltado para ensinamentos religiosos e língua francesa.

Em 1874 a escola normal foi reativada, agora oferecia curso para homens e mulheres com o currículo estruturado da seguinte forma: Língua nacional e francesa, caligrafia, doutrina cristã, aritmética e sistema métrico, metódica e pedagogia, cosmografia e geografia, história sagrada e universal. O curso com esse currículo foi novamente encerrado e reaberto em 1880, neste sentido é possível perceber tanto no currículo como na escola em si muitas mudanças, como fechamentos e reaberturas, isso ocorre principalmente graças a uma educação caracterizada como desorganizada. Segundo Mendes (2011, p.18), “os currículos vão se modificando e se reconfigurando de acordo com as políticas educacionais e de cobranças feitas pela própria sociedade que via um ensino fragmentado e desorganizado.”

A educação brasileira por muitos anos foi marcada por constantes mudanças que só vieram a prejudicar os sujeitos envolvidos no processo educacional. O ensino nas escolas era organizado de acordo com as necessidades surgidas a cada ano, levando em consideração a sociedade e a política vigente. Mesmo ocorrendo tantas mudanças e variações curriculares, a cadeira de pedagogia se mantinha intacta, pois era peça fundamental para formar os professores.

Em 1890 houve uma reforma na Escola Normal do estado de São Paulo, isso aconteceu em decorrência de preocupações com a qualidade do ensino e conseqüentemente com a qualificação do professor, neste sentido era notório que havia certa insegurança em relação a organização curricular das escolas, o caráter de preparação do professor era duvidoso. Segundo Mendes (2011, p. 19), “se notava um despreparo muito grande e uma falta de organização curricular que dessem conta de realmente capacitar o professor para desempenhar sua função”. A colocação de Mendes refere-se ao fato de a escola já ter passado por muitas variações em seu currículo e por isso poderia não ter os requisitos necessários para formar bons professores, ou seja, seu programa de estudos era insuficiente para atender aos requisitos básicos de qualidade educacional. Neste mesmo ano em que se questionou a qualidade do Ensino Normal, o currículo passa por mais uma reforma, novas cadeiras foram criadas e, além disso, foi adicionado uma cadeira de prática, criada por Caetano Campos, em relação a nova disciplina Mendes (2011, p.19) acrescenta: “a grande novidade desta reforma foi a criação da escola modelo do estado de São Paulo, anexa a Escola Normal e que serviria para a prática do ensino ou treinamento dos professores”.

Essa reforma foi fundamentada para elucidar a importância da prática no ensino, pois era através da vivência concreta que os estudantes conheciam o verdadeiro teor da profissão. Na reforma de Caetano Campos a formação do professor foi posta como um fator importante para as mudanças no ensino. Em 1890 o currículo estava estruturado e três anos. Vale ressaltar que as reformas ocorridas nos currículos e nas escolas em si não aconteceram de fato em todos os estados brasileiros, pois as condições econômicas e sociais não eram as mesmas em todas as regiões no período inicial da primeira república.

Nas primeiras décadas do século XX, o exercício do trabalho docente era feito através de propostas pelos manuais de ensino, fazendo com que as aulas se tornassem rotineiras e repetitivas. Ao contrário do que estava acontecendo em relação a desvalorização das escolas normais, Rui Barbosa interveio nessa questão através de projetos que vieram a valorizar as escolas normais, pois para ele o professor deveria ter formação adequada. No Brasil, na década de 1920 foram iniciadas diversas reformas no ensino. Essas reformas foram importantes para a prática docente, pois tais reformas transferiram para os professores a tarefa de instruir crianças e jovens para o convívio na cidade, para os trabalhos em indústrias e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma cidade. Para tanto seria necessário que os professores obtivessem melhor qualificação.

Esses novos professores exigiam uma formação. Em decorrência, foram propostas reformulações nos cursos normais, que para isso incluíam-se a ampliação da duração para 4 anos e um novo plano de estudos com um currículo organizado em dois blocos de conteúdos fundamentais: um de caráter propedêutico e outro profissionalizante. (ROMANWSKI 2007, p.72-73)

Ocorreram diversas mudanças capazes de melhorar a formação dos professores, pois antes se formavam com dois anos de estudos o que não era suficiente para adquirir conhecimento necessário para repassar aos alunos. Mais tarde houve novas reformas, agora com a lei orgânica, está estabeleceu que o curso ficasse dividido em dois ciclos: o primeiro com quatro anos e o segundo com três anos.

Na década de 40, foi criada a Lei Orgânica do ensino normal (decreto lei nº 8530, de 02/01/1946) que organizou a formação de professores, sobre essa questão Vicentini e Lugli (2009, p.43) fazem o seguinte comentário:

No que se refere a estrutura geral da formação de professor, essa lei estabeleceu que o curso ficaria dividido em dois ciclos: o primeiro com 4 anos, formaria regentes para o ensino primário em instituições denominadas escolas normais regionais e o segundo de três anos, formaria o professor primário nas escolas normais e nos institutos de educação.

É importante ressaltar que após três anos de exercício da profissão, os professores da escola normal secundária poderia fazer especialização no instituto de educação para serem aptos a atuar como diretores, inspetores ou orientadores escolares. Passado governo getulista, entra no poder Juscelino Kubitschek, este esteve a frente do governo de 1956 a 1964. O presidente neste período traçou um plano de metas, estes visavam como objetivo crescer o Brasil 50 anos em 5, houve a abertura da economia para o capital estrangeiro, industrialização, o êxodo rural e a construção de Brasília. Em todas essas questões o presidente empenhou-se em cumprir as metas, mas foi indiferente no tocante à educação brasileira. Os investimentos das políticas públicas educacionais eram de apenas 3,4%, dessa forma o setor educacional ocupava um lugar de secundarização no governo de Juscelino Kubitschek. Nessa época, com relação a projetos educacionais só houve em 1959 um manifesto de educadores denominado de “mais uma vez convocados”, este tratava-se de uma alusão ao “manifesto dos pioneiros da educação nova” que ocorreu em 1932 pelos mesmos educadores. Este grupo tinha como objetivo de mostrar que a educação era um direito dos cidadãos e dever do estado oferecê-la gratuitamente à todos. Na verdade em todos os governos brasileiros percebe pequeno ou quase nenhum interesse pelas questões educacionais. Todos os períodos analisados até aqui, nota-se a secundarização com relação aos interesses da massa pobre do país, em detrimento da ascensão econômica e política de uma minoria.

Nesse período houve a decadência da escola normal, única maneira de formar professores para o ensino primário nos anos de 1950 até 1960, estes existiam na maioria particulares e só encontrava-se em São Paulo e Minas Gerais. Por essa razão os diplomas dos professores que saiam de escolas normais particulares não eram reconhecidos, pois estes não passavam por fiscalização do estado, sendo seus diplomas não válidos oficialmente para que as alunas pudessem prestar concurso público. Dessa forma Vicentini e Lugli (2009, p.47) enfatizam que:

O crescimento acelerado do ensino normal no país gerou críticas com relação aos critérios com os quais se concediam equiparações para os cursos particulares e públicos de formação de professores, uma vez

que estes pareciam caracterizar-se por baixa exigência com relação à qualidade do ensino, que ao combinar-se com um controle ineficaz por parte do poder público, tinha efeitos perversos com relação ao ensino primário.

Neste sentido, o que se nota no cenário da educação é um descaso histórico com relação à formação do professor que conseqüentemente reflete na qualidade da educação do país. Visto que os governantes só interessavam o crescimento econômico brasileiro. Nesse contexto da história da educação, vai acontecer diversos debates envolvendo sociólogos, intelectuais e pedagogos, estes fizeram uma análise sobre como os governos tratavam a questão educacional no viés público escolar e também suas ações com o objetivo de melhorar e suprir as necessidades das camadas sociais colocadas à margem, em detrimento dos privilégios das elites brasileiras. Essas discussões e debates duraram cerca de 13 anos, até que foi promulgada a lei 4024, em 20 de dezembro de 1961. Esta foi assegurava as famílias o direito de escolher escolas públicas ou particulares para seus filhos. Neste sentido a União deveria financiar tanto as instituições públicas como as particulares, bem como construir ou reformar prédios, instalações e equipamentos escolares. Mas ao mesmo tempo em que oferecia escolas e toda uma estrutura para o ensino, faltava mão de obra qualificada, ou seja, além de faltar professor os poucos que exerciam a profissão não dispunham de formação qualificada, pois nessa época eram poucas as pessoas que conseguiam avançar na vida estudantil em consequência da inclusão que as camadas pobres da sociedade sofreram no decorrer da história.

No próximo passo da pesquisa será analisada a proposta curricular e alguns aspectos ligados ao desenvolvimento dos cursos normais através de discursos de professores formados na referida escola de acordo com o recorte temporal estudado.

2 – Análise e discussão dos dados

Esse capítulo tem como objetivo mostrar os dados que foram coletados no decorrer da pesquisa e confrontá-los com discursos de autores. Na primeira parte trazemos um breve histórico do surgimento da Escola Normal em Picos – PI, em seguida apresentamos a caracterização dos sujeitos da pesquisa, professores formados na Escola Normal Oficial de Picos dentro do espaço temporal entre 1970 e 1980; na segunda parte o objetivo foi trazer questionamentos sobre a grade curricular, bem como outras questões ligadas ao curso de formação docente no período em estudo.

As professoras que fizeram parte da pesquisa como sujeitos que iriam trazer as informações necessárias ao objeto de estudo foram formadas na Escola Normal Oficial de Picos. A Escola Normal foi trazida para o estado do Piauí em 03 de fevereiro de 1866, sendo extinta em 1867. O curso normal não só no Piauí, mas em vários outros estados sofreu fechamentos e aberturas constantes. Segundo Ferro apud Pinheiro (2007, p.60).

O ensino normal passou por sucessivas extinções. Foi extinto em 1867, pela lei provincial nº 599, de 9 de outubro de 1867. Outra lei provincial a de nº 753 de 29 de agosto de 1871, cria um curso Normal de três anos anexos ao Liceu, que têm vida efêmera e é extinto pela lei provincial nº 858 de 11 de junho de 1874. Com a denominação de Escola Normal é novamente recriado pela lei nº 1062 de 11 de junho de 1882, com o curso de 2 anos de duração [...]. Esta escola foi extinta através da lei nº 1197 de 10 de outubro de 1888.

Esse cenário de incerteza da existência desta instituição se dava principalmente graças a falta de interesse político nas questões ligadas a educação no estado do Piauí. A consolidação da escola de formação docente só veio a ocorrer no governo de Antônio Freire as Silva, de 1909-1912, nesse período a escola foi transformada em Escola Normal oficial, sendo pioneira na capital do estado, Teresina. No bojo da implementação dessa idéia educacional se engajaram lutas em favor da Escola Normal, foram feitas reivindicações com o objetivo de trazer um profissional qualificado para levar o conhecimento a população do Piauí.

Para que tal escola fosse efetivamente implantada, necessária foi a promoção de um verdadeiro movimento pró-escola normal, empreendido por um grupo de intelectuais que reivindicavam um professorado preparado para conduzir o ensino no estado e que se incomodava com a inação do governo piauiense em mudar o cenário educacional existente. (PINHEIRO, 2007, p.61)

Com o surgimento da instituição educacional para professores esperava-se que o quadro da educação piauiense viesse a mudar. Nesse sentido a escola ficava com a responsabilidade de gerar o professor moderno que supriria o cenário deficitário educacional do Piauí. Com esse objetivo é que a instituição foi implantada em algumas cidades do estado, como: Parnaíba, Floriano e em Picos. Direcionando nossas análises para a cidade de Picos, onde se formaram os sujeitos da pesquisa pode-se perceber que a Escola Normal surgiu na referida cidade em 1967. As professoras, chamadas de normalistas ingressaram na escola com o objetivo de aprender os métodos para educar as crianças daquela sociedade, estas mulheres viram também na Escola Normal uma forma de sair do espaço do lar e angariar novos horizontes. Sobre isso:

A Escola Normal Oficial de Picos, com suas normalistas de uniformes impecáveis, como instituição de ensino, influenciou e sofreu influência da comunidade em que se encontrava inserida. Influenciou, pois gestou o professor que iria educar os filhos dessa sociedade, pois abriu espaço pra as mulheres estudarem e poderem adquirir uma profissão. (PINHEIRO, 2007, p.62).

O surgimento da escola de formação docente na cidade de Picos possibilitou uma educação pautada pela modernização e conseqüentemente a necessidade de professores qualificados. Os anos anteriores ao aparecimento desse curso foram marcados por atrasos educacionais graves, estes ocorreram pela falta de investimentos educacionais por parte de seus dirigentes, não havia curso específico para preparar os professores, ficando o encargo nas responsabilidades de indivíduos que obtinham poucos conhecimentos. Sobre essa questão Castelo Branco apud Vieira (2005, p.45) ressalta:

[...] a maioria dessas mulheres que se dedicavam ao magistério não tinham formação mais apurada. E ensinavam as alunas a ler, a escrever, conhecer os números, a fazer contas com as quatro operações fundamentais de aritmética, princípios de moral e religião, além de trabalhos de agulha.

Nessa perspectiva, pode-se perceber que o conhecimento transmitido pela professora sem preparação específica para professor eram insuficientes para dar continuidade a uma profissão tão desejosa de habilidades diversas. Dessa maneira, a educação picoense era conduzida por professoras como o mínimo de saberes necessários a uma educação qualificada. Contra esse quadro de insatisfação nasce em Picos em 05 de março de 1967 uma escola que seria de resgatar a população picoense do retrocesso constante, sobre isso:

Motivada pelo desejo da comunidade picoense e da sua macrorregião em ter uma escola de formadores primários para atenderem as escolas existentes e substituírem lentamente a mão-de-obra leiga na ativa, foi instalada na cidade de Picos - PI, no dia 05 de março de 1967, às 10h, em sessão solene, no auditório do colégio estadual Marcos Parente, a Escola Normal Oficial de Picos. (Pinheiro, 2007, p.64)

Essa escola contribuiria com a expansão da rede pública de ensino, e assumiria o papel de formadora de pessoas qualificadas para atuar no mercado de trabalho. Como já foi exposto, a referida escola desempenhou também o papel de libertadora do público feminino, que antes viviam enclausuradas no espaço do lar, com a família. o surgimento da Escola Normal abriu portas em diversos fatores do mundo feminino, como mercado de trabalho, conhecimento e outros.

Quadro 1 - Conhecendo os sujeitos da pesquisa

Sujeitos	Formação	Instituição	Ano de conclusão	Carga horária	Tempo de serviço(anos)	Regime de contratação
1	Magistério	Escola Normal	1974	20 h	25	Efetivo
2	Magistério	Escola Normal	1974	20 h	27	Efetivo
3	Letras	Escola Normal	1980	40 h	22	Efetivo
4	Magistério	Escola Normal	1973	40 h	25	Contratado
5	Magistério	Escola Normal	1974	20 h	25	Contratado

Fonte: Dados da pesquisa

Os sujeitos pesquisados foram cinco, todas do sexo feminino e que estudaram na Escola Normal localizada na cidade de Picos, nos estado do Piauí, 80% destas só cursaram o curso de magistério como modo de preparação docente e apenas 20% procurou, além do magistério, um curso de nível superior, formando-se posteriormente em Letras. Em se tratando da instituição em que se formaram 80% se formou no curso oferecido pela Escola Normal, e 20% cursou nível superior na Universidade Estadual do Piauí - UESPI, esta ao concluir o ensino normal, prestou vestibular para a UESPI, sendo aprovada para o curso de Licenciatura Plena em Letras, o que lhe daria ao fim do curso o direito de ministrar aulas em todas as séries de 1º e 2º grau. Das professoras que responderam o questionário 60% concluíram o magistério em 1974, outras 20% em 1973, enquanto que outras 20% formaram-se em 1980. É válido ressaltar que nesse período é que os professores começaram a

preocupar-se em procurar o ensino superior, visto que só poderiam ensinar séries além do primário se obtivessem formação em área específica.

Em relação a carga horária de trabalho dos sujeitos 60% trabalhavam 20 horas semanais, enquanto que 40% tinham uma sobrecarga maior, estas trabalhavam 40 horas por semana; as professoras que tinham 40 horas trabalhavam dois turnos e as que trabalhavam 20 horas ocupavam apenas um turno, tendo tempo para desempenhar outras funções além da de educadora. Outro aspecto ressaltado pela pesquisa foi o tempo que cada professor desempenhou a função, dos sujeitos pesquisados 60% encerraram os trabalhos com 25 anos de serviço, outras 20% pararam de trabalhar com 27 anos de magistério e 20% ainda encontra-se na ativa, trabalha há 22 anos como professora, a mesma terá direito de aposentar-se com 25 anos de serviço docente; existem casos em que professores optam por trabalhar mais dos que os 25 anos para a aposentadoria, normalmente por não terem outras funções, como por exemplo, não são mães nem esposas. Para finalizar a primeira parte da pesquisa foi indagado das professoras sobre o regime de contratação, 60% delas responderam que eram efetivas, outras 40% disseram que eram contratos temporários, ou seja, poderiam ser exoneradas de suas funções a qualquer momento.

2.1 – Organização curricular

Os anos que compreenderam as décadas de 1960 e 1970 são marcados por profundas mudanças na educação brasileira, principalmente no tocante ao que se refere a estrutura curricular das Escolas Normais. A partir desse fator é que surgiu a curiosidade de aferir dos sujeitos da pesquisa sobre a organização curricular nos anos em que estudaram na Escola Normal.

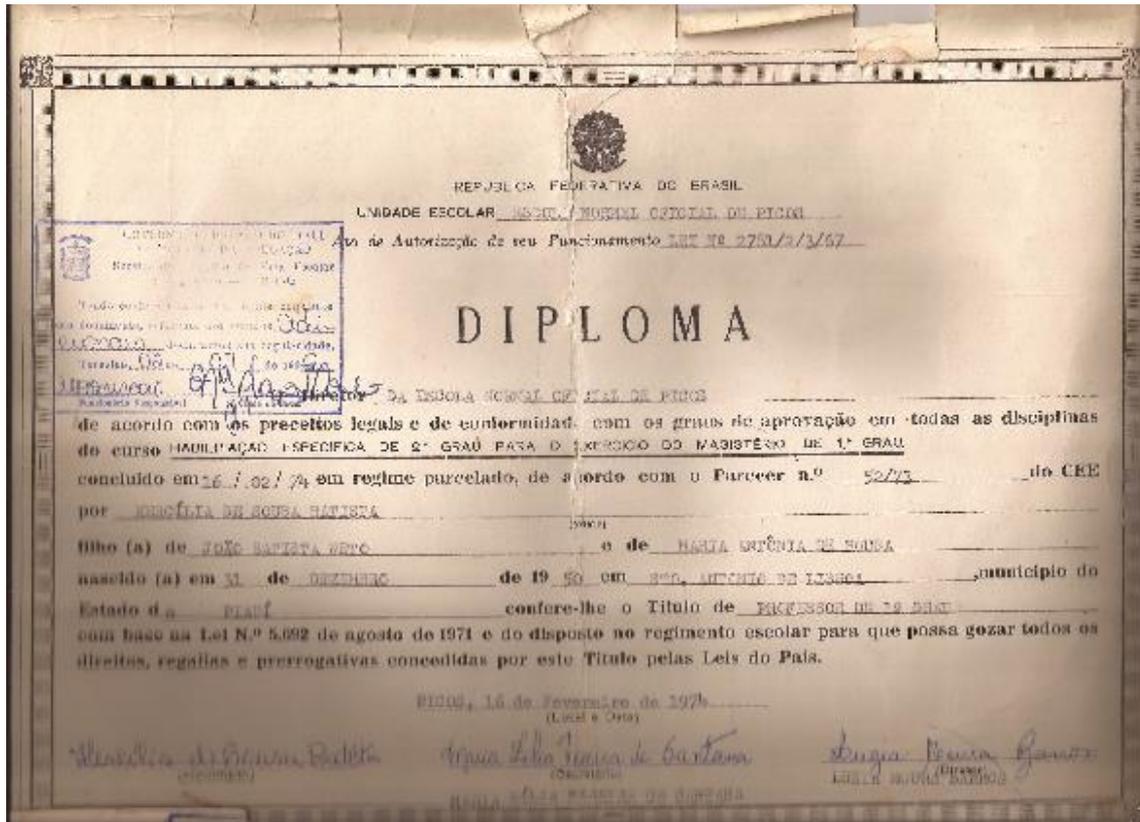
Quadro 2 – Grade Curricular

Professoras	Ano	Disciplinas
P1	1974	Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Física, Ciências Biológicas e Físicas, Metodologia da Matemática, Metodologia das ciências, Metodologia dos estudos sociais, fundamentos biológicos, fundamentos psicológicos, didática, programa de saúde, estudo de 1º grau, educação artística, educação moral e cívica; OSPB, prática de ensino, metodologia da língua prática.
P2	1974	Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Física, Ciências Biológicas e Físicas, Metodologia da Matemática, Metodologia das ciências, Metodologia dos estudos sociais, fundamentos biológicos, fundamentos psicológicos, didática, programa de saúde, estudo de 1º grau, educação artística, educação moral e cívica; OSPB, prática de ensino, metodologia da língua prática.
P3	1980	Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Química, Física, Estatística, Didática, Literatura, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Inglês, Educação Física, Educação Artística, História, Ensino Religioso, Programa de saúde, E.M.C, O.S.P.B, Biologia.
P4	1973	Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Física, Ciências Biológicas e Físicas, Metodologia da Matemática, Metodologia das ciências, Metodologia dos estudos sociais, fundamentos biológicos, fundamentos psicológicos, didática, programa de saúde, estudo de 1º grau, educação artística, educação moral e cívica; OSPB, prática de ensino, metodologia da língua prática.
P5	1974	Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Física, Ciências Biológicas e Físicas, Metodologia da Matemática, Metodologia das ciências, Metodologia dos estudos sociais, fundamentos biológicos, fundamentos psicológicos, didática, programa de saúde, estudo de 1º grau, educação artística, educação moral e cívica; OSPB, prática de ensino, metodologia da língua prática.

Fonte: Dados da pesquisa

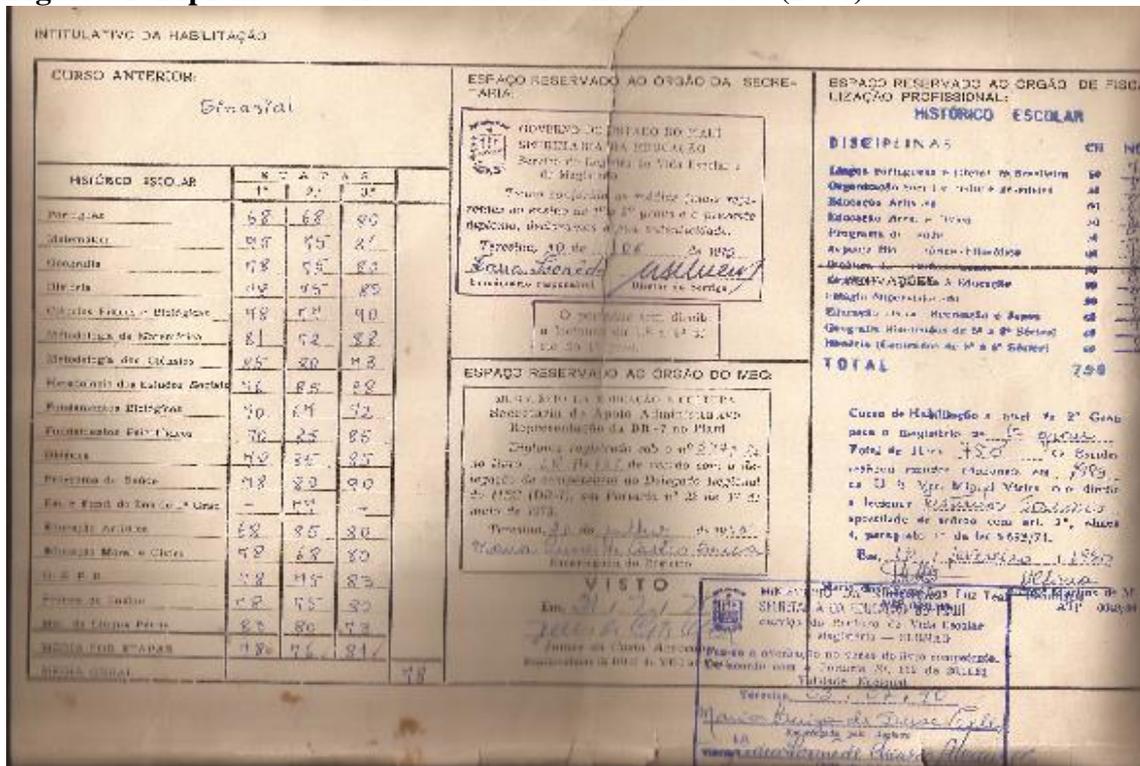
Analisando o quadro acima percebe-se algumas mudanças nas disciplinas aplicadas no curso de formação docente, pois 80% das professoras que concluíram o curso no início da década de 1970 tinham uma estrutura curricular semelhante, mas está diferia bastante da estrutura de professores que concluíram seus estudos no final da década de 1970.

Figura 01. Diploma de conclusão do curso normal anverso (1973)



Fonte: Arquivo particular de Hercília de Sousa Batista de carvalho

Figura 02. Diploma de conclusão do curso normal verso (1973)



Nas figuras 1 e 2 podemos observar o diploma de conclusão do Curso Normal com as disciplinas cursadas pela professora Hercília de Sousa Batista de Carvalho, esta concluiu o Ensino Normal em 1974, sendo a sua colação de grau em 16 de fevereiro de 1974; observamos no documento além das disciplinas do currículo as notas contidas no histórico escolar da professora. Esse documento deu maior precisão e suporte para interpretar as informações dadas anteriormente, no quadro 2, que ressalta as disciplinas cursadas pelas pesquisadas. Nesse sentido, Le goff assim se posiciona:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando seu significado aparente. (LE GOFF, 1994, p. 545-546).

O documento então se enquadra em um patamar de importância na pesquisa histórica, pois são imbuídos de intencionalidade da época e da sociedade que a construiu.

Já outras 20% cursaram disciplinas iguais às outras pesquisadas, mas com algumas mudanças, as professoras que se enquadram nessa porcentagem concluíram o curso Normal em 1980, por isso já era visível algumas das variações ocorridas com a lei de 1971, esta promoveu diversas mudanças no campo educacional, nesse período surgiram mudanças econômicas que vieram a exigir o aumento de mão-de-obra qualificada para desenvolver o trabalho nas indústrias capitalistas.

Na década de 1970 o tecnicismo educacional exacerbado pela Lei 5.692/71, atendendo aos interesses do desenvolvimento econômico capitalista, conferiu à escola a responsabilidade de atendimento as necessidades de pré-qualificação de mão-de-obra, o que no âmbito de 2º grau, oficializou a qualificação para o mercado de trabalho mediante a profissionalização obrigatória. (AGUIAR, 2008, p. 7).

As mudanças educacionais para atender tal exigência vieram a acontecer a partir de 1971, daí em diante, o ensino primário e o ginásio foram unidos e transformados em primeiro grau, constituindo-se de oito anos, o novo modelo de educação de 1º grau desestruturou o

Ensino Normal primário que funcionava como curso de formação de professores, pois as disciplinas estudadas nessa escola eram voltadas para a preparação docente como é o caso das disciplinas observadas no quadro 2, das professoras que concluíram os estudos na Escola Normal entre 1973 e 1974, nessa época a lei ainda não tinha entrado em vigor. Podemos perceber variações curriculares quando observamos e comparamos as disciplinas estudadas entre as professoras que terminaram em 1980 com as que terminaram em 1973 e 1974, pois percebe-se que foram retiradas algumas disciplinas voltadas para a formação docente, como as metodologias de estudos sociais, matemática, e prática de ensino, todas estas disciplinas tem caráter pedagógico indispensável à preparação do professor. Ainda fazendo comparações podemos ver que houve o acréscimo das disciplinas de Inglês e ensino religioso no ano de 1980.

Contudo, vale ressaltar que o curso Normal não deixou de existir, houve apenas uma descaracterização em sua grade curricular que agora tinha que contemplar o ensino superior e promover a profissionalização da sua clientela. Neste sentido, Lerche (2002, p.256) analisa a lei de 1971 que “fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau”, segundo Lerche a reforma de 1º e 2º grau, pretende atingir um duplo objetivo, de um lado, conter a crescente demanda sobre o ensino superior, de outro, promover a profissionalização em nível médio. Sobre a reforma de 1º e 2º grau GHIRALDELLI comenta: “A lei de 5.697/71, ou seja, a LDB anterior a de 1996, colocou como obrigatório o ensino que ela chamou de 1º grau (hoje ensino básico), atendendo a educação obrigatória de quatro para oito anos, desapareceram as etapas de ginásio e primário. Os oito anos ficaram sobre a rubrica do 1º grau”. Nesse contexto é que se pode perceber a diferença nos currículos antes e após a lei 5.697/71.

Quadro 3 – Disciplinas relacionadas à formação docente

Professores	Disciplinas
P1	Sim, todas as metodologias, estatuto do ensino de 1º grau, práticas de ensino e didática.
P2	Sim, todas as metodologias, estatuto do ensino de 1º grau, práticas de ensino e didática.
P3	Sim, fundamentos psicológicos e filosóficos, didática geral e da alfabetização, metodologia do ensino de ciências, metodologia do ensino de matemática, metodologia do ensino de estudos sociais, função de 1º grau, prática de ensino e estatística.
P4	Sim, todas as metodologias, estatuto do ensino de 1º grau, práticas de ensino e didática.
P5	Sim, todas as metodologias, estatuto do ensino de 1º grau, práticas de ensino e didática.

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 3 tem foco na discussão sobre as disciplinas cursadas que se relacionavam diretamente com a formação do professor. Sobre essa questão 100% das professoras responderam que as disciplinas direcionadas a formação do professor eram suficientes para formar um bom profissional. No período em questão a Escola Normal contava com dois tipos de organização em seu currículo, que como já foi mencionado, contemplaria o ensino superior e o profissionalizante. Sobre essa organização Aguiar comenta: “O modelo implantado era organizado em dois núcleos de conteúdos e disciplinas: uma parte propedêutica, denominada de núcleo comum e outra de núcleo profissionalizante”. As disciplinas de caráter pedagógico em 1980 eram segundo VMLB:

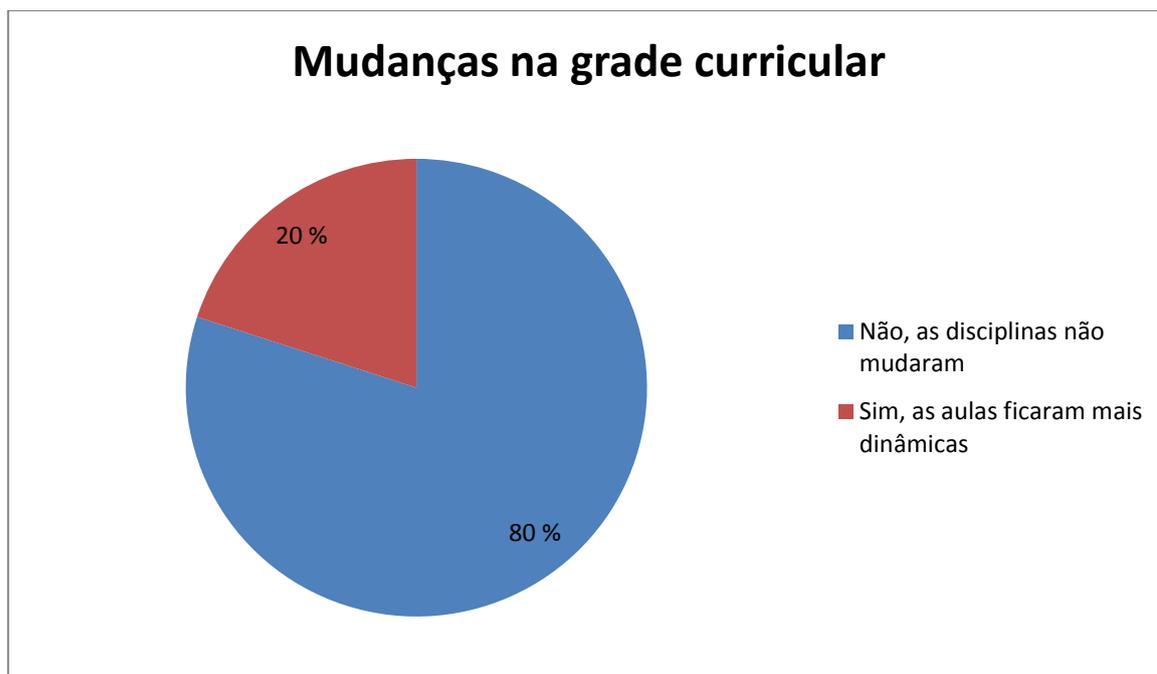
Didática, metodologia do ensino de ciências, metodologia do ensino de matemática, metodologia do ensino de estudos sociais, recreação e jogos, estudo e funcionamento do ensino de 1º grau, didática geral e da alfabetização, fundamentos filosóficos e psicológicos e prática de ensino.

As mudanças ocorridas com o objetivo de atender dois núcleos causaram prejuízos a formação do professor. Nesse contexto: SOARES e FERRO (2004, p.13), comentam: “Em virtude da equivalência do curso normal aos demais cursos técnicos, começaram a surgir consequências desfavoráveis que se acentuaram no ano de 1976”. A análise de Soares e Ferro mostra que a ideia de igualar o curso pedagógico ao curso de 2º grau, causou uma decadência tanto no nível do profissional como no do alunado. O currículo ficou caracterizado da seguinte forma:

Propunha o currículo pleno que o curso normal tivesse a duração de 2200 horas em três anos, oferecesse uma educação geral e oportunizasse ao professorando o conhecimento da escola de 1º grau; enfatizasse as disciplinas de conteúdo e as de formação especial; globalizasse os conhecimentos promovendo a correlação das disciplinas. (SOARES e FERRO, 2004 e p. 14)

A formação antes especificamente pedagógica perdeu lugar, agora nos cursos das Escolas Normais funcionavam cursos técnicos que formavam outros profissionais que não fossem somente professores, tendo em vista um trabalho mais voltado para o tecnicismo do que para o magistério.

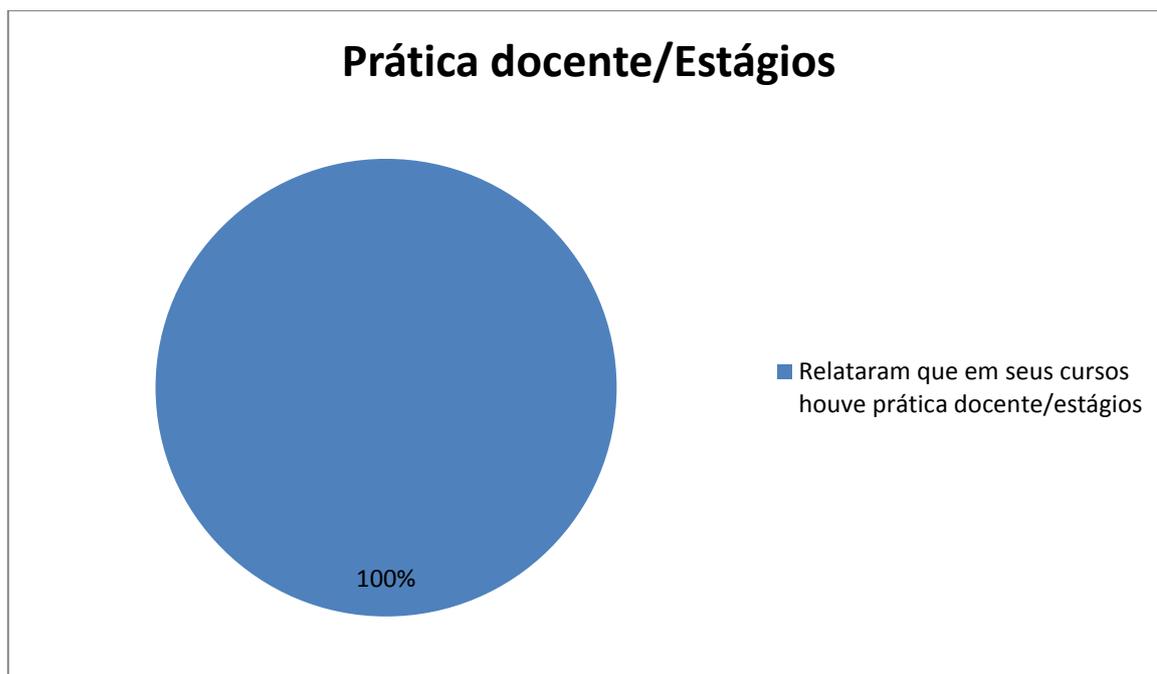
Gráfico 1 – Mudanças na grade curricular



Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere às mudanças ocorridas no período em estudo 80% das professoras disseram não ter ocorrido mudanças curriculares nos anos em que permaneceram na escola, já 20% das professoras entrevistadas confessaram mudanças, com o surgimento de recursos audiovisuais, nas relações entre alunos e diretores, enfatizando aulas mais dinâmicas e uma maior comunicação entre os envolvidos na instituição. Algumas mudanças curriculares ocorridas entre 1970 e 1980 no ensino de 1º e 2º graus serviram para descaracterizar os conteúdos, estes não articulavam-se em seus objetos de estudo, contribuindo para o esfacelamento da formação docente. Sobre essa questão Barros (2013, p. 51) exemplifica: “o modelo educativo determinado pelo período em que o Brasil estava imerso favoreceu a reestruturação das escolas de 1º e 2º graus, garantindo o esvaziamento dos conteúdos pela junção das disciplinas de história e geografia, criando a área de estudos sociais”. Nesse período como afirma Barros, mais precisamente a partir da lei 5.692/71 ocorre a desestruturação dos cursos de formação de professores.

Gráfico 2 – Prática Docente/Estágios



Fonte: Dados da pesquisa

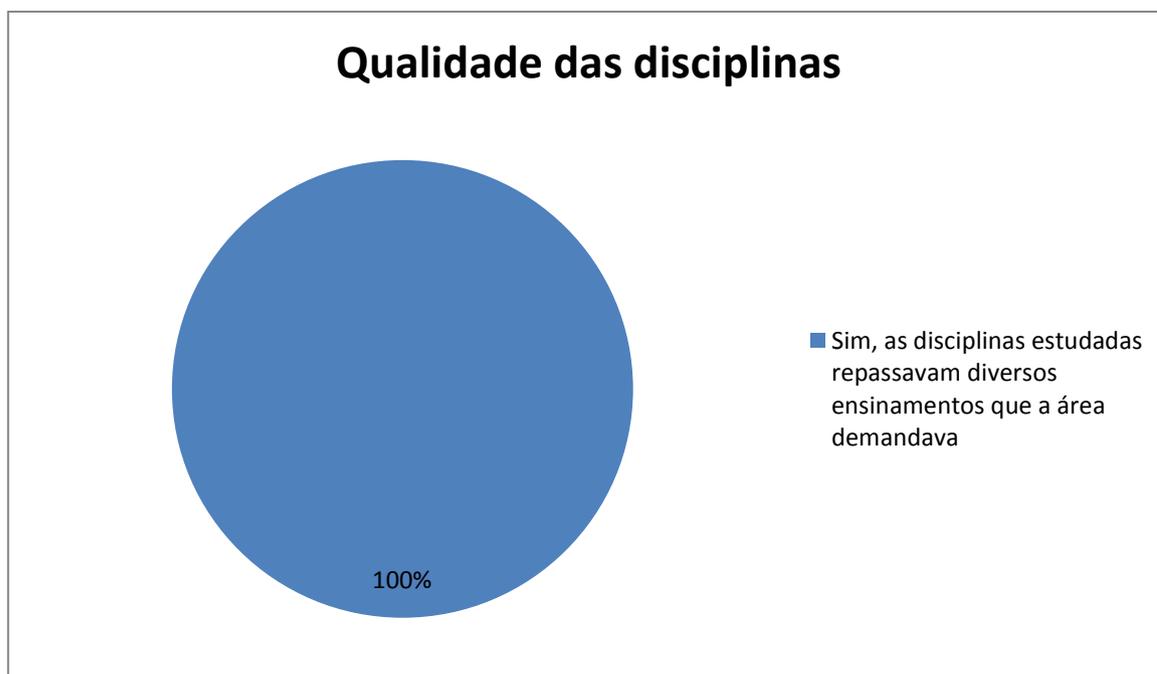
Na discussão relacionada à prática docente durante o processo de formação, as respostas foram às mesmas, 100% das professoras pesquisadas responderam que estagiaram, ou seja, vivenciaram a prática docente depois das aulas teóricas. Neste sentido a entrevistada que conclui o curso normal em 1980 destaca seu estágio da seguinte maneira:

No curso normal havia estágios, inclusive, estagiei o período de observação e participação no 2º ano e a prática no 3º ano. VMLB.

Segundo estudos bibliográficos essa forma de estágio não mudou, pois as outras professoras pesquisadas também formadas no curso normal entre os anos de 1973 e 1974 responderam que os estágios caracterizavam-se da mesma forma que no ano de 1980. Nesse contexto Barros (2013, p.39), analisa: “O estágio supervisionado continuou com a organização anterior, sendo desenvolvido em três etapas: Observação, participação e regência”. Segundo relatos das professoras entrevistadas o estágio consistia em ajudar a professora regente de turma, olhar suas metodologias e no final ministrar aulas no lugar da professora. O estágio é uma fase muito importante que faz com que o indivíduo conheça de perto as peculiaridades da profissão que escolheu. Neste sentido, Pimenta (2005, p.29), diz que: “produzir a vida do professor implica valorizar como conteúdos de sua formação, seu trabalho, seu trabalho crítico reflexivo sobre as práticas que realiza sobre suas experiências”.

Sobre isso se pode perceber a finalidade da prática como característica fundamental para os cursos de formação não só do professor, mas de todos os profissionais.

Gráfico 3 – Qualidade das disciplinas



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico 3 trata de questões relacionadas à qualidade das disciplinas para o aperfeiçoamento de um professor também qualificado, este nos mostra que 100% das professoras entrevistadas responderam que as disciplinas cursadas as preparavam satisfatoriamente. Esse fator é demonstrado na fala da professora Lucia Pereira:

No período em que estudei, as matérias ensinavam direitinho os conteúdos e métodos para atuar em sala de aula.

Segundo o depoimento da professora, a qualidade do ensino normal nos anos em estudo não comprometia a educação primária, pois contavam com um corpo docente bem preparado, que repassavam os saberes adquiridos durante a formação.

As Escolas Normais legitimavam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos. Mas são

também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber fazer. (NÓVOA, 1997, p.16)

Segundo Nóvoa, a profissão não é só de transmissão e difusão de conhecimentos, mas também permiti pensamentos e reflexões sobre as práticas, o que caracteriza o profissional docente como criador de saberes necessários à construção do conhecimento. Analisando o lugar do professor como construtor de saberes é que encontra-se críticas em relação a criação da lei Nº 5.692/71, esta descaracterizou os cursos de formação docente, transformando-os em cursos difusores de ideologias econômicas e políticas advindas do período militar. Sobre isso Melo (2007, p.146) analisa: “A educação através da cultura escolar concretiza a promoção do mito da unidade nacional como forma de assegurar no futuro um sonho idealizado”.

A lei 5.692/71 tinha diretrizes propriamente políticas, as mudanças em favor da educação nesse período visava afastar a população de conhecimentos que viessem a despertar o pensamento crítico social brasileiro. Sobre o desenrolar do pensamento crítico relacionado a qualidade da formação do professor nas décadas de 1960 e 1970, Barros (2013, p.77) afirma: “No âmbito pedagógico, esse modelo impregnado de técnicas deixava de lado os conteúdos que iriam propiciar uma formação sólida e o desenvolvimento do senso crítico, e enfatizavam a forma como iam ser trabalhados esses conteúdos”. Todas essas afirmações bibliográficas vão contra as opiniões das professoras em relação a qualidade do ensino nos anos em que estudaram nas Escolas Normais, pois estas formaram-se no período em que os ensinamentos pedagógicos entraram em decadência dentro das instituições de ensino.

2.2 – Escolarização feminina

Dentro da discussão sobre as Escolas Normais, currículos e outros fatores, também cabe a discussão da inserção da mulher na carreira docente, tendo em vista as Escolas Normais como uma das pioneiras entre instituições que oportunizaram a escolarização da mulher e conseqüentemente a possuírem uma formação.

Quadro 4 - Motivos pelo qual escolheu o magistério

Professor	Motivos
P1	Era uma área que demandava muitos profissionais
P2	O magistério era uma boa opção, pois precisava de professores
P3	Foi à única que restou, mas desejava outra
P4	Era uma boa oportunidade de estudar
P5	Era uma área que ensinava a se comportar, ensinava uma boa conduta

Fonte: Dados da pesquisa

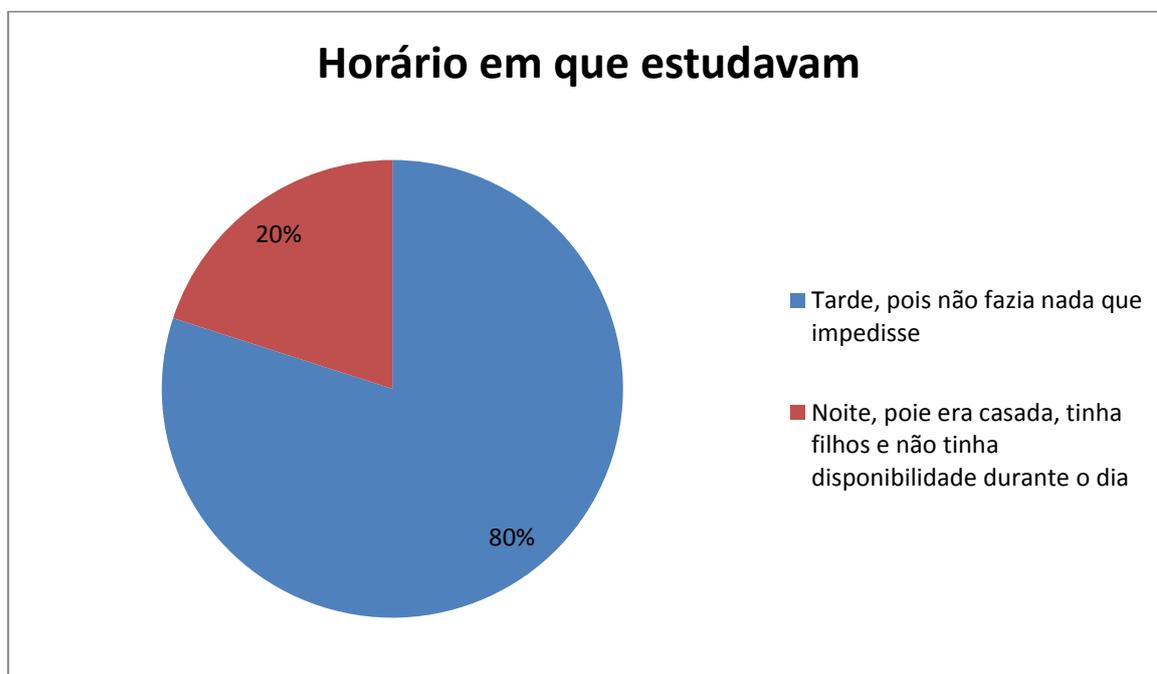
O quadro demonstra que 40% das professoras se formaram na área por se um setor que demandava vários profissionais, proporcionando assim oportunidades de emprego. Nessa época, década de 1970, ocorreu a massificação da educação, ou seja, a escola agora atenderia toda a população em massa, esse aumento de indivíduos que necessitavam ser escolarizados proporcionou oportunidade de emprego a diversos profissionais, sobre isso Barros (2013, p.46) analisa: “A fragilidade do sistema educacional no Brasil, decorrente do aumento da demanda por educação, o que, por consequente, aumenta a necessidade de profissionais do magistério”. Já 20% dos profissionais disseram que escolheram o magistério porque foi a única opção que lhe restou, se tivessem oportunidade teria escolhido outra, dificilmente seria possível exercerem outra profissão, pois para mulheres por muitos anos a única oportunidade de emprego era o magistério, em anos anteriores, mais precisamente nos anos de 1860, a mulher não poderia nem pensar em sair de casa para trabalhar, a mesma ficava restrita apenas ao espaço doméstico. Sobre a questão da escolarização Vieira (2005, p.48) comenta: “Nesse cenário, em que predominava o modelo de família patriarcal nordestina, a educação formal delineava-se de forma lenta e excludente, deixando a maioria da população feminina fora dos bancos da escola”. Quando a educação surgiu para mulheres ainda era voltada ao aprendizado dos afazeres domésticos.

Outras 20% responderam que escolheram ser professora porque na formação docente encontravam oportunidade de estudar, estas viam a escola como forma de sobressair em alguma ocupação que não fosse o espaço do lar. Sobre as oportunidades que a escola dava a mulher Castelo Branco (2005, p.88) ressalta: “As mulheres que terminavam seus estudos estavam aptas a assumir novos papéis na sociedade, longe do espaço doméstico”. Segundo Castelo Branco (2005) não importava os baixos salários que recebiam sendo professoras

primárias, o que compensava o déficit salarial era a abertura de novos horizontes para a classe feminina.

Outra parte entrevistada, correspondente a 20% do total, respondeu que entrou no magistério porque a instituição de formação ensinava boa conduta, ou seja, as maneiras pelas quais a mulher deveria se comportar perante a sociedade. No contexto de mulher comportada, Rocha (2008, p.48), analisa: “A transformação do modelo de mãe e esposa demandava uma preparação para o desempenho dessas funções por meio de uma educação formal”. Essa ocorria através das instituições de ensino direcionadas especificamente a ensinar boas condutas femininas. Segundo Rocha (2008, p.48), “As principais ações visando ministrar uma educação formal para as mulheres ocorreram no final do século XIX”. Nessas escolas ensinavam as mulheres preceitos religiosos, e outras disciplinas que se enquadrava no verdadeiro papel da mulher, o espaço doméstico; segundo Vieira (2005, p.46) as disciplinas eram: “Corte, costura, bordados, recitação e composição, gramática nacional, doutrina e história sagrada, desenho linear, gramática, análise gramatical, lógica e etimologia”. Todas enfatizando uma conduta moral frente à sociedade.

Gráfico 4 – Horário em que estudavam



Fonte: Dados da pesquisa

Na questão que aborda o horário em que os professores frequentavam a escola de formação docente, 80% dos entrevistados responderam que estudavam à tarde, pois não havia

que impedisse que estudassem nesse turno; esse fator foi abordado porque foram criados cursos noturnos na década de 1960, estes seguiam o mesmo currículo dos que funcionava no período diurno, os cursos noturnos surgiram para facilitar o acesso dos alunos aos cursos de formação, pois muitos não podiam estudar durante dia, e aumentar o número de professores formados para suprir as necessidades do ensino primário. Sobre isso, Auras (apud) Aguiar (2008 e p.6), afirma: “A maioria dos cursos normal regional ou ginásial normal, com o objetivo de formar em quatro anos o professor regente para o ensino primário, funcionava em prédios dos grupos escolares, no período noturno ou comprimido nos períodos intermediários entre os turnos manhã e tarde, ou entre o período da tarde e noite”. Já 20% das professoras disseram que estudavam à noite, pois tinham filhos e eram casadas, estas só poderiam sair à noite. Neste contexto, podemos perceber que a mulher, primeiro tinha que cumprir com seu dever de esposa e mãe para depois cuidar da instrução.

Nas décadas de 1970 e 1980 a mulher já havia alcançado o direito a uma educação sistematizada e também a exercer uma profissão que viesse a vislumbrar outros ambientes fora do lar. Sobre essa instrução feminina Rocha (2008, p.48), comenta: “A instrução passa a ser vislumbrada pelas mulheres como uma forma de obter reconhecimento intelectual. Essa convergência em torno da instrução feminina marca uma modernização dos papéis femininos na sociedade, ao mesmo tempo em que o cotidiano se dinamizava com o aumento das perspectivas de educação”. A demanda por educação era grande, dando oportunidades às mulheres de se formar e exercer um cargo profissional.

É importante ressaltar dentro da perspectiva de desestruturação dos cursos de formação docente, que os cursos ofertados à noite e seus currículos, abordados na mesma intensidade dos que funcionavam à tarde, não rendia na questão relacionada à aprendizagem, pois as pessoas que estudavam à noite vinham cansadas de um dia de trabalho ou até mesmo das labutas diárias em casa, como é o caso das professoras pesquisadas. Além dos outros fatores que descaracterizou o ensino normal, pesava ainda a crítica de os professores que se formavam à noite não tinham a mesma qualificação dos que estudavam à tarde:

Durante a década de 1960 foram criados os cursos noturnos, que seguiam o mesmo currículo e a estrutura dos cursos diurnos, mas produziram grandes perdas em termos de rendimento dos estudos realizados, uma vez que os alunos já vinham cansados para as aulas e, portanto, tinham menos condições de aprender. (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.46).

Essa e outras questões estão relacionadas aos diversos fatores que levaram os cursos de formação docente entrar em decadência, estes ocupavam um importante lugar na sociedade, pois foram palco de oportunidades direcionadas às camadas da sociedade que sofria com o descaso e a negação de educação, no caso as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões e análises realizadas durante a pesquisa podemos entender que a profissão de professor existe há muito tempo, desde quando o Brasil ainda era colônia Portuguesa, sendo desde sempre uma das profissões mais importantes no processo de formação dos cidadãos. Nesse período o papel de transmissor de conhecimentos ficava a cargo dos padres Jesuítas, a partir do pioneirismo Jesuítico surgiram diversas mudanças educacionais que foram trazendo maior visibilidade no que se refere à institucionalização da profissão docente, mesmo diante de um cenário educacional marcado pela secundarização dos poderes políticos, esta passou por diversas mudanças que vieram a exigir um profissional para trabalhar em favor do desenvolvimento educacional.

No contexto de mudanças no sistema que oferecia educação para cidadãos brasileiros, surgiram as Escolas Normais que ofereciam cursos de formação docente, esta de acordo com a pesquisa originou-se de um modelo já existente na Europa, a partir de transformações que influenciaram o setor trabalhista, tendo em vista a Revolução Industrial que visava mão de obra qualificada para o trabalho industrial, para isso era necessário que os trabalhadores obtivessem o ensino primário, esse eram repassado por profissionais formados em instituições, no caso as Escolas Normais.

No Brasil as Escolas Normais surgiram em 1835, no Rio de Janeiro com o objetivo de atender a demanda educacional de crianças que apareceu graças ao desenvolvimento de idéias liberais de educação. Esta tinha o dever de repassar aprendizagens de acordo com as ideologias políticas de poderes que iriam proporcionar mudanças no que diz respeito ao progresso brasileiro.

Vale ressaltar no contexto do surgimento das escolas de formação docente as diversas mudanças advindas de constantes aberturas e fechamentos em algumas províncias; foi também alvo de inconstâncias na história desse curso o currículo de disciplinas, que variavam de acordo com o momento que perpassava a estrutura social e econômica do país, essas mudanças ocorridas no currículo objetivavam melhorar a formação do professor, mas diante de tantas mudanças pode-se perceber que algumas delas vieram a prejudicar a educação como um todo, bem como os professores que seriam preparados pela Escola Normal.

Dentro da perspectiva da história dos cursos de preparação docente no Brasil existem fatores que desencadearam um quadro de insucesso e perda de identidade, segundo análises feitas durante o trabalho, à promulgação da lei Nº 5.692/71 foi de crucial importância para o

enfraquecimento do curso normal, esta descaracterizou a Escola Normal, trazendo consigo uma nova estrutura curricular que não mais atendia especificamente para a formação docente, este agora era composta também por disciplinas que atendessem as necessidades capitalistas endossadas pelo crescimento populacional urbano. As Escolas Normais foram muito importantes na educação brasileira, pois foi uma instituição que proporcionou oportunidades ao público feminino, as mulheres encontraram nessa instituição não só a oportunidade de se sobressair no sentido de sua condição de dona de casa, mas também ajudou ao público feminino a abrir as portas para a instrução e também trouxe a elas ascensão social, pois saindo do espaço do lar as mulheres poderiam elencar outras oportunidades de emprego, principalmente na área da docência que demandava profissionais nos períodos em que houve a massificação da educação.

Diante das questões analisadas e bibliografias estudadas ao longo do trabalho pode-se aferir que existem diversas questões relacionadas ao surgimento dos cursos de formação docente no Brasil e também fatores relevantes que ocasionaram sua descaracterização. Todos os momentos são de fundamental importância para o entendimento de como se configurou o processo de formação de professores ao longo de sua história. Os impasses por ela vividos até os dias de hoje só serão digeridos se houver o estudo detalhado das questões envolvidas desde seu surgimento.

O estudo desse tema se revelou de forte importância, pois se trata de uma discussão pouco estudada no viés histórico educacional, tímidas são as iniciativas em direcionar um trabalho nessa perspectiva educacional. E é neste sentido que espero que esse trabalho possa contribuir no despertar de novas pesquisas que estudem mais profundamente a história da profissão de professor.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Letícia Carneiro. **Uma reflexão sobre o sentido da formação do professor na Escola Normal em Santa Catarina.** 2008
- BALÃO, Regina. **Curso de Formação de professores primários: Vida e morte, a experiência de uma escola estadual 1964-2004.** São Paulo, 2011.
- BORGES, Maria Célia; AQUINO, Horlando Fernandes; PUENTES, Roberto Valdez. **Formação de professores no Brasil: História, política e perspectivas.** Revista Histerdbr, Campinas, 2011.
- BARROS, Lucia Violeta Prata de Oliveira. **O instituto de educação Ruy Barbosa nas décadas de 1970 e 1980: representações das práticas escolares.** Aracajú, 2012.
- CASTELO BRANCO, Pedro V.. **Mulheres plurais: A condição feminina na Primeira República.** – Teresina: edições bagaço, 2005.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **O professor do ensino básico no Brasil do final do século XX.** 4ed, São Paulo, Cortez, 2009.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação e pedagogia na colônia e no império.** P. 24-30.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **A democracia: do governo federal à nova LDB 9.394/96.** P. 158 a 173.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Ensino, legislação e escolas na “República velha” e no império.** p. 31-38.
- MELO, Salania Maria Barbosa. **Escola Normal oficial piauiense: Entre práticas e representações.** In. **Outras histórias do Piauí.** Roberto Kennedy Franco e José Gerardo Vasconcelos. (org.) Fortaleza; Edições UFCE, 2007.
- NASCIMENTO, Jose Mateus do. **O jardim de infância, modelo de natal e cultivo de uma pedagogia para educação infantil.** In. **Infância, escolarização e higiene no Brasil –** Marluvia Meneses de Paiva, Kilza Fernanda Moreira de Viveiros, Olivia Moraes de Medeiros Neta. (org.) Brasília, Liber livro, 2011.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **História e memória da Escola Normal Oficial de Picos 1967-1987.** Teresina, 2007.
- ROCHA, Olivia Candeia Lima. **Mulheres, escrita e feminismo no Piauí. (1875-1950),** Teresinha: Fundação Cultural Monsenhor Chaves; 2011. 198p.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro.** p. 33-46, 2005.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação de profissionalização docente**. 13ª ed. rev. e atual. Curitiba: Ibepex, 2007.

SANTOS, João Batista Lima dos. **De quem é a culpa? Análise dos problemas da qualidade da educação pública escolar no Brasil**. 1ª ed. Teresina 2013.

SAVIANE, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista brasileira de educação. v. 14 nº 40 Jan/Abr. 2009.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Escola Normal: O projeto das elites brasileiras para a formação de professores**. 2008

SILVA, Maria Gorette Lopes Pereira. **Escola Normal no Ceará: impasses de criação e a tônica reformista (1884-1922)**. In: história e memória da educação no Ceará – Maria Juraci Maia Cavalcante; et-al. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

SOARES, Norma Patrícia Lopes e FERRO, Maria Amparo Borges: **Escola Normal no Piauí: visão histórica de uma instituição escolar**. 2004

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista brasileira de educação. mai/ Jul/ Ago. 2000 nº 14.

VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil: representação em disputa** / Paula Perin Vicentini e Rosário Gente Lugli. – São Paulo: Cortez, 2009 – (biblioteca básica de história da educação brasileira. V.4).

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Educação e sociedade picoense no período de 1890 a 1930. Projeto de dissertação**. Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: Sobre promessas fatos e feitos** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

WARDE, Mirian Jorge. **Contribuições da história para a educação**. *Em Aberto*, Brasília, 3-11, n. 47., 1990.

WERNECK, Eugênio. **Collectania em prosa e versos de escritores nacionais** in: Regina Balão 2011: **Curso de Formação de professores primários: Vida e morte, a experiência de uma escola estadual 1964-2004**

APÊNDICE

ANEXO I – QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CURSO DE HISTÓRIA

Orientando (s):	Renata Santos Sousa
Professor orientador:	Gleison Monteiro - Curso de História/UFPI
OBJETIVO DA PESQUISA:	

QUESTIONÁRIO -TEMA I

Quem é o professor formado na Escola Normal?

1- Nome: _____

2- Formação Profissional:

I. Curso superior/área de formação: _____

Instituição: _____

Ano de conclusão: _____

II. Pós-Graduação:

Instituição: _____

Curso: _____

Ano de Conclusão: _____

3- Após a conclusão dos estudos na Escola Normal você exerceu a profissão de professor de imediato, ou foi necessária alguma nova formação pra exercer o magistério?

4- Por quanto tempo você foi professor? Faça um breve relato das séries que lecionou ou leciona e das escolas que trabalhou e/ou trabalha.

5- Qual sua carga -horária semanal em sala de aula e em planejamento:

() 20h () 40h () 60h () outra _____

6- Qual o regime de contratação?

- () Efetivo
 () Substituto
 () Outro. Especifique:

TEMA II

Como era organizada a estrutura curricular da Escola Normal?

1) Quais eram as disciplinas cursadas no período em que estudou na Escola Normal?

2) Havia muitas disciplinas relacionadas a formação docente? Quais?

3. Quando ingressou na escola normal qual era a modalidade de ensino que havia estudado?

- () ginásio
 () primeiro grau

4. Quando se formou na escola normal teve direito a ensinar quais séries do ensino básico.

- () Somente o primário
 () Primário e ginásio
 () Curso de formação docente

5) Em qual horário você estudava?

- () A tarde, pois não fazia nada que impedisse que estudasse.
 () Noite, pois trabalhava o dia inteiro.
 () Noite, pois era casada, tinha filhos e não tinha disponibilidade durante o dia.

6) A sua entrada no magistério se deu porque?

- () Foi a única formação que lhe restou, mas desejava outra.
 () Por ser mulher, esta lhe proporcionava os ensinamentos necessários a uma boa conduta feminina.

Era uma área que demandava muitos profissionais.

Oportunizava a escolarização feminina.

7) A Escola Normal passou por diversas mudanças em sua estrutura curricular, no período em que cursou o ensino normal houve alguma? Se sim justifique suas respostas.

Sim

Não

8) No curso normal existia a prática docente, ou seja, havia estágios? Se sua resposta for sim justifique.

Sim

Não

9) O que era necessário para que o professor pudesse lecionar de 1º a 8º série?

Ter apenas o curso normal

Ter especialização em área específica, obtida em curso superior

Não era necessário ser formado para lecionar de 1º a 8º série.

10) Você acha que as disciplinas contidas no currículo do seu curso preparava um professor qualificado? Justifique.

Sim

Não

Autorizo aos pesquisadores a utilizar, divulgar em quaisquer trabalhos e/ou eventos de cunho científico os dados contidos neste questionário.

Picos - PI. _____ de _____ de 2015.

Assinatura do professor (a): _____



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(x) Monografia
() Artigo

Eu, **Renata Santos Sousa**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS-PI, 1970 – 1980**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 19 de Março de 2018.

Renata Santos Sousa
Assinatura

Renata Santos Sousa
Assinatura